CAMINHOS IMAGINÁRIOS, REDES DE PRESERVAÇÃO

V Semana do Patrimônio de Jaguarão

Juliana Porto Machado
Amanda Basilio Santos
Larissa Bitar Duarte

(Org.)

EDICON
Editora do Instituto Conexão Sociocultural

Juliana Porto Machado
Amanda Basílio Santos
Larissa Bittar
(Org.)

Caminhos Imaginários, Redes de Preservação

1ª Edição

Jaguarão
EdiCon
2023

© 2023, EDICON

Todos os direitos reservados e protegidos pela Lei 5988 de 14/12/73. Nenhuma parte deste livro, sem autorização previa por escrito da editora, poderá ser reproduzida ou transmitida sejam quais forem os meios empregados: eletrônicos, mecânicos, fotográficos, gravação ou quaisquer outros.

ISBN - 978-65-88709-15-3

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

C183 Caminhos Imaginários, redes de preservação/
. Organização Juliana Porto Machado; Amanda
Basilio Santos; Larissa Bittar – Jaguarão: EDICON, 2023.
93 p.
Conteúdo: Textos da V Semana do Patrimônio de Jaguarão
E-book
1. Patrimônio cultural. 2. Pesquisa científica. I. Machado, Juliana Porto (org.). II. Basílio, Amanda (org.). III. Bittar, Larissa (org.). IV. Título.

ISBN – 978-65-88709-15-3

CDU: 069.42:719

Bibliotecária responsável Márcia Della Flora Cortes - CRB10/1877

Os textos contidos neste e-book são de responsabilidade exclusiva de seus respectivos autores, incluindo a adequação técnica e linguística.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....2

CEMITÉRIOS: LUGARES DE MEMÓRIA OU DE MEMÓRIAS EM RISCO?
Amanda Basílio Santos & Ronaldo Bernardino Colvero.....03

DIPLOMACIA E PATRIMÔNIO CULTURAL: A PONTE INTERNACIONAL BARÃO DE MAUÁ ENTRE JAGUARÃO (BR) E RIO BRANCO (UY) COMO VETOR DE INTEGRAÇÃO NO MERCOSUL
Bruno Cesar Alves Marcelino, Juliana Porto Machado & Rodrigo da Costa Segovia.....14

PETE: PROJETO DE EDUCAÇÃO E TURISMO NAS ESCOLAS
Edilayne Samara Santos Tavares Caetano, Larissa Bitar Duarte & Verônica Rodrigues De Lima..... 31

AS FACETAS DE UM PATRIMÔNIO FRONTERIÇO
Fatiane Fernandes Pacheco.....43

A FRONTEIRA, A CIDADE E O PATRIMÔNIO CULTURAL: UMA REFLEXÃO SOBRE A DINÂMICA TRANSFRONTEIRIÇA BINACIONAL
Maria De Fátima Bento Ribeiro & Naiara Souza Da Silva.....54

HISTÓRIA, GÊNERO E RELIGIÃO: A TRAJETÓRIA DE MINERVINA CAROLINA CORRÊA
Suellen Ribeiro Medeiros.....67

VACARIA DO MAR: EXPLORANDO O TERRITÓRIO MINUANO/GUENOA
Tiara Cristiana Pimentel Dos Santos.....82

APRESENTAÇÃO

Nas páginas de "Caminhos Imaginários, Redes de Preservação", o leitor é convidado a embarcar numa viagem envolvente e reveladora pela diversidade do patrimônio cultural de Jaguarão. Este livro, um fruto inspirador da V Semana do Patrimônio de Jaguarão, foi construído através de histórias, tradições e memórias que celebram a riqueza cultural desta cidade histórica.

Combinando pesquisa aprofundada e uma narrativa envolvente, cada capítulo se desdobra como um mapa, explorando as raízes profundas e as influências culturais que moldaram Jaguarão. Desde a imponente arquitetura colonial até as tradições orais transmitidas através das gerações, o livro oferece uma perspectiva única sobre como a preservação do patrimônio pode ser um caminho para entender nossa identidade e a história de fronteira pois;

Las fronteras son como puentes
ellos nos conectan
Y también nos dividen
Pero sin ellos, estaríamos aislados.
Los bordes son como líneas.
ellos nos definen
Y también nos encierran
Pero sin ellos, seríamos indistinguibles
(Arroyo, joel).

Interligando o passado com o presente, "Caminhos Imaginários, Redes de Preservação" não é apenas um livro sobre história; é um convite para refletir sobre o papel que cada um de nós desempenha na proteção e celebração do nosso legado cultural. Através de suas páginas, somos incentivados a reconhecer a importância de cada pedra, cada história e cada tradição na construção do mosaico cultural que nos define.

Esta obra é dedicada a todos que se interessam pelo patrimônio cultural, a estudiosos, entusiastas da história e àqueles que buscam compreender a alma de Jaguarão. Embarque nesta jornada de descoberta e inspire-se a ver o mundo ao seu redor com novos olhos, repletos de apreço pelo patrimônio que nos rodeia.

Dr.a Juliana Porto Machado

CEMITÉRIOS: LUGARES DE MEMÓRIA OU DE MEMÓRIAS EM RISCO?

Amanda Basilio Santos[1]

Ronaldo Bernardino Colvero[2]

INTRODUÇÃO

Este trabalho é parte da pesquisa em desenvolvimento no doutorado em Memória Social e Patrimônio Cultural (PPGMP-UFPEL). Este trabalho intenciona realizar o levantamento e a análise da iconografia de monumentos tumulares infantis de crianças falecidas até os sete anos de idade, e erguidos no Rio Grande do Sul entre os séculos XIX e XXI, focando na análise de monumentos dos quatorze municípios mais antigos do Estado. A análise será composta pelo estudo dos elementos fotográficos e escultóricos, assim como do epitáfio e dados biográficos dos objetos, que compõe o monumento funerário.

Ainda em fase inicial de desenvolvimento, este artigo focará em questões relativas ao estado de preservação cemiterial na contemporaneidade. A experiência moderna com a morte vem separando os mortos dos vivos drasticamente desde o século XVII, junto com as preocupações sobre salubridade e o aumento da demografia urbana que pode ser entendida tanto entre a classe dos vivos e dos mortos. Com a separação cemiterial do espaço urbano e/ou de convívio social, como era marcado nos cemitérios adjuntos ao terreno das igrejas, vemos também uma modificação nos cultos e no luto, no modo de viver a experiência mortuária. Os cemitérios contemporâneos, embora guardiões de história, memória e patrimônio, são constantemente depredados e conforme as gerações vão deixando de ter vínculos aos mortos já sepultados em tempos remotos e sem atributos memoriais efetivos com os descendentes, vão sendo abandonados ao descaso e ao esquecimento. Portanto, nos perguntamos: locais de memória ou de esquecimento?

Muitos cemitérios brasileiros encontram-se em estado de depauperação contínua, de modo que todo dia se perde materialidade, e com ela se dissipa um registro histórico e memorial de variados períodos históricos. A situação dos espaços cemiteriais possuem uma complexa conjuntura social e econômica que acarretam no cenário atual de ampla depredação, seja ela deliberada, fruto de mazelas sociais

[1] Doutoranda pela Universidade Federal de Pelotas – PPGMP. Bolsista CAPES
[2] Doutor pela PUC-RS. Professor da UNIPAMPA.

ou proveniente do abandono e da ação do tempo. Podemos acompanhar por todo o país as notícias que apontam para essas duas formas de perdas. Tais situações podem ser contornadas? Esta realidade que se abate sobre os espaços de enterramento serão o derradeiro fim destes locais?

AFASTAMENTOS? O(S) LUGAR(ES) DOS MORTOS E O(S) LUGAR(ES) DOS VIVOS

Em fato, o espaço dos mortos e a forma de vivenciar a morte e com eles repartir da paisagem urbana se alterou significativamente a partir do século XVIII, por conta de políticas de higienização e de um novo modo de interpretação do luto. As formas de vivenciar a morte e o luto da sociedade contemporânea se dão em um ritmo muito mais solitário e acelerado do que encontramos no período medieval, por exemplo. Durante o medievo a prática do luto era compartilhada e vivenciada em uma série de ritos religiosos e memoriais, de modo comunitário, e paliativo. A constância da presença dos mortos se dava pela sua memória, ritualizada liturgicamente, em doses que lentamente levavam ao afastamento da dor da perda e a aceitação comunitária da partida, mas também se dava pela presença física do falecido, que compartilhava do espaço de sua congregação, nos cemitérios adjuntos às igrejas.

Atualmente, os mortos têm o seu espaço bem delimitado pelos muros dos cemitérios municipais e privados e os vivos não precisam com eles compartilhar o seu cotidiano, a não ser que assim desejem. O luto é instigado a ser vivido do modo mais passageiro possível, acompanhando o ritmo da vida moderna que não cessa ou pausa para a perda. Artifícios industrializados como as flores de plásticos são o álibi para manter a aparência de simpatia com os mortos, sem a necessidade da presença dos vivos para a manutenção das flores. E assim a lembrança em torno da perda é acelerada e justificada, e o luto e o sofrimento agora são vividos no interior nuclear das casas, ou extrapolado de modo pontual por meio dos recursos digitais que demonstram a empatia efêmera que acompanha a velocidade dos conteúdos midiáticos.

Acompanhando este novo luto e este novo lugar dos mortos, temos a transformação dos cemitérios em locais agora com data marcada e motivo para visitação. O cotidiano de um espaço-tempo compartilhado organicamente entre os vivos e os mortos no Ocidente é encerrado com o afastamento dos locais de enterramento.

Todas estas transformações de sociabilidade entre os que aqui estão e os que já se foram, mostram que o cemitério é um espaço dinâmico, construído socialmente. As formas de vivências dentro deste local são definidas pela presença obrigatória dos mortos e relações fluidas dos vivos dentro deste espaço. Em determinados locais, como o famoso caso do Cemitério de Manila, nas Filipinas, o domínio dos mortos é invadido pelo cotidiano da vida dos vivos, ao passo que a crise de moradia leva milhares de pessoas a ocuparem o espaço cemiterial como sendo sua residência. Deste modo as tarefas domésticas e do contexto do lar tomam esta paisagem, se mesclam a ela, e novos usos são atribuídos a mausoléus e tumbas. As atividades rotineiras, desde brincadeiras de crianças ao preparo do alimento, são divididas com a constante presença da morte. Neste cenário há um retorno. No medievo transações comerciais, casamentos, festas, batismos eram realizados com os mortos logo ao lado. Aqui, por conta de uma profunda crise social, os mortos retornam ao panorama dos vivos.

Figura 1: Fonte: Daily Mail UK. Disponível no link: https://www.dailymail.co.uk/news/article-3080059/Living-dead-shanty-town-created-Philippine-cemetery-s-home-6-000-people-school-transport-system.html. Acessado pela última vez em 12 de outubro de 2019.

Para além de uma possibilidade de moradia, os cemitérios são para estas famílias o potencial econômico de seu sustento, dado que a manutenção que os mesmos dão aos túmulos e mausoléus são remunerados pelas famílias dos mortos, gerando um mercado de manutenção informal.

Esta situação, todavia, já se coloca como uma realidade, em uma escala muito reduzida, no Brasil, em cemitérios de São Paulo e Porto Alegre. Com o crescimento desta realidade em nosso país, resta pensar em quais potenciais financeiros os cemitérios podem render aos seus novos habitantes inesperados. Na ilegalidade, a espoliação de materiais dos túmulos é um cotidiano dos ambientes cemiteriais, onde metais e pedras são furtados continuamente, contribuindo assim ao cenário de abandono e desolação. Ao passo que o poder público e privado alega incapacidade de investimentos para a preservação destes ambientes, e os laços familiares, que com o passar das gerações, vão se dissolvendo junto da memória, levando a um abandono gradativo das construções tumulares. Estes exemplos, infelizmente, não são raros, como o que vemos abaixo, na *Figura 2*.

Figura 2:Túmulo no Cemitério Ecumênico São Francisco de Paula, Pelotas/RS. Sinais de furto e perda material. Não é possível identificar, pelo túmulo, o(s) indivíduo(s) ali sepultado(s). **Fonte**: Autora. Fotografado no mês de outubro de 2019.

Basicamente, podemos dizer que o espaço cemiterial é o que a sociedade dele faz, são os usos, os ritos, as práticas de convivência que podem surgir fora do

esperado ou planejado em sua construção. Um espaço dos mortos que é definido pelos vivos, e por eles é constantemente alterado. Os locais dos sujeitos sociais, mesmo os mortos, não é estático, mas sim fruto de interações d e determinações socioculturais, assim como determinações legais.

Deste modo, podemos e devemos pensar nos cemitérios como estes locais dinâmicos, frutos das relações e imaginários sociais. A configuração atual estabelecida com uma separação artificial entre os mortos e os vivos não é algo dado naturalmente, mas sim construídos no decorrer de séculos de políticas públicas e práticas rituais de enterramento e vivência do luto. Ergo, o uso(s) do espaço cemiterial e suas instâncias materiais e imateriais, também são frutos destas construções, e podem (e vão) alterar-se com as necessidades sociais.

RESSIGNIFICANDO O ESPAÇO CEMITERIAL: ATIVIDADES TURÍSTICAS E PATRIMONIAIS

Atividades lúdicas envolvendo o ambiente cemiterial estão sendo cada vez mais desenvolvidas no âmbito patrimonial e universitário. Projetos como Museu a Céu Aberto[3], promovido pelo Instituto Histórico de Passo Fundo (IHPF) e pelo Arquivo Históricos de Passo Fundo (AHR-PPGH/UPF), no Cemitério Vera Cruz, em Passo Fundo, ressaltam a importância destes locais enquanto patrimônio histórico-cultural, considerando as questões relevantes ao turismo cultural. Todavia, no Brasil, o turismo macabro, que não se alicerça centralmente nos aspectos históricos, mas sim a experiência emocional, que envolvem o risco dos locais visitados, a decadência e/ou amedrontamento pelos espaços de visitação, ainda são incipientes.

Como no projeto acima citado, estabeleceu-se nas explorações e visitações pelos cemitérios uma busca pela História e beleza estética que estes locais oferecem, tendo o foco principalmente nas exuberantes construções e esculturas (*Figura 2*), onde ideais estéticos clássicos patrimoniais ainda são vistos, valorizando-se quase que exclusivamente os grandes monumentos familiares, as construções em mármore com tradição clássica, são os mais procurados, criando um roteiro onde a busca pela história está intimamente atrelada a uma valoração estética, limitada

[3] Guia de Visitação do projeto disponível no link: https://www.upf.br/_uploads/Conteudo/ahr/2018_GUIA%20DE%20VISITACAO.pdf, acessado pela última vez em 15 de outubro de 2019.

pelo patrimônio estabelecido pelas linhagens familiares locais dominantes economicamente, que acabam por dominar o roteiro e a narrativa histórica destas atividades. Em semanas patrimoniais municipais, onde o cemitério é incluído nas atividades programadas, esta é uma abordagem dominante.

Contudo, neste mesmo espaço onde nos deparamos com estas figuras ilustres locais, com sua memória dominando o horizonte cemiterial na proporção da grandeza de sua construção tumular, ignoramos uma série de sujeitos, histórias, estéticas e memórias. Muitos destes já possuem sua morada final em estado fragmentário, despido de seus detalhes decorativos ou identificadores, e ao passo que seus nomes estão perdidos, suas ossadas estão à mostra, em seu túmulo violado e depredado, envoltas em lixo, abandono e descaso (*Figura 3*).

Figura 3: Túmulos no Cemitério Ecumênico São Francisco de Paula, Pelotas/RS. **Fonte**: Autora. Fotografado no mês de outubro de 2019.

Uma forma de lançar luz sobre estes elementos abandonados e facilmente ignoráveis dentro dos muros cemiteriais, para além das intervenções de objetivo patrimonial, é o desenvolvimento do turismo macabro.

Considerando que a experiência emocional é um fator central da atividade turística ligado ao macabro, esta deve estar em primeiro plano ao estabelecer mecanismos atrativos aos visitantes desta linha turística. Deste modo, o turismo

cemiterial usual, que inclui um guia focando em fatores históricos biográficos ou em análises pontuais de iconografia cemiterial podem ser desapontadoras ou não atraentes para este público. Possibilitar uma experiência ao invés de uma visita guiada é fulcral ao estabelecer uma rota de turismo macabro. Uma possibilidade que aqui apontamos é a realização controlada de acampamentos noturnos intramuros cemiteriais, proporcionando um ambiente com iluminação, sonoridades e locais de trânsito turístico controlado para criar uma atmosfera emocional, estabelecendo uma vivência com o ambiente de enterramento.

Esta proposta caminha em linha semelhante a um projeto turístico inusitado iniciado em 2015 na Inglaterra, denominado como *Champing*[4], iniciado em 2015, e que basicamente promove acampamentos noturnos dentro de igrejas medievais, para a vivência da atmosfera. Um uso turístico, que acarreta no levantamento de verba para conservação do patrimônio eclesiástico inglês, administrado pelo *Churches Conservation Trust*[5], pode parecer ofensivo para algumas pessoas em um primeiro contato, pois transforma e reconfigura os usos de um local de culto religioso, proporcionando experiências não necessariamente conectadas ao divino e a religião, todavia, nos mostra as modificações que o patrimônio sofre ao longo do tempo, remodelando-se ao seu tempo e junto com o ganho econômico está auxiliando na preservação do patrimônio histórico inglês.

Os cemitérios, tais como as igrejas, ou qualquer bem patrimonial ou cultural, depende de uma fonte econômica para a sua existência e manutenção. Ao enfrentar a crise para a preservação das igrejas medievais e a relação de recursos oriundos dos órgãos de financiamento, que se constituem por uma ótica muito diferente daquela que encontramos no Brasil[6], as igrejas inglesas buscaram outras ferramentas de usos destes espaços de culto, assim os ressignificando, ao mesmo tempo que respeitam sua função original. A política patrimonial inglesa valoriza

[4] Maiores informações disponíveis em: https://www.worldtravelguide.net/features/feature/camping-in-englands-churches-2/, acessado pela última vez em 12 de outubro de 2019. Reportagem BBC: http://www.bbc.com/travel/story/20170224-the-medieval-churches-you-can-camp-in, acessado pela última vez em 12 de outubro de 2019.

[5] Site: https://www.visitchurches.org.uk/, acessado pela última vez em 13 de outubro de 2019.

[6] Uma das principais preocupações que podemos ver no guia lançado pelo *English Heritage* (BRUCE-LOCKHART, 2008) é a preocupação com a gestão econômica dos bens patrimoniais. É essencial que existam políticas que permitam que o patrimônio em si, enquanto um bem tangível e social, gere uma renda para sua manutenção, boa parte desta renda está vinculada às atividades turísticas e educativas que são associadas ao patrimônio histórico. Deste modo, é destacado que as políticas patrimoniais devem sempre levar em consideração seu potencial econômico. Maiores informações a respeito podem ser obtidas no site: https://www.english-heritage.org.uk/, acessado em 12 de novembro de 2019.

estas atividades ao passo que a verba governamental representa uma parcela muito pequena nas políticas patrimoniais (14% dos valores totais investidos na manutenção patrimonial no país[7]). Ao mesmo tempo que a verba que parte do governo é muito pequena no total investido, o direcionamento deste investimento é posto nos bens patrimoniais considerados de maior prestígio histórico/patrimonial, normalmente sendo direcionado aos grandes bens patrimoniais e arqueológicos, segundo parâmetros internos dos órgãos de conservação de classificação deste patrimônio nacional.

Assim sendo, o *income* para a preservação e intervenções restaurativas partem, em sua esmagadora porcentagem na Inglaterra, de agentes privados ou de valores arrecadados por iniciativas turísticas/econômicas desenvolvidas no próprio bem patrimonial. Isso envolve tanto os profissionais diretamente envolvidos nas práticas preservativas, quanto a comunidade onde estes bens estão alocados, pois é a envolvendo que é possível financiar a manutenção e sua existência. Portanto, comunidade e patrimônio são intercambiáveis, e um é essencial para a manutenção do outro. Pensar políticas turísticas, patrimoniais e comunitárias não é algo inédito, pois é a base de toda a obra de Varine (2013), assim como de praticamente todas as atividades turísticas inglesas, todavia, não é algo comumente empregado (ou bem visto) em projetos no Brasil. Explorar a Cultura economicamente é fundamental para sua manutenção, mas nem sempre apreciado.

O mesmo aqui pode e deve ser pensado ao ambiente cemiterial, que como vimos ao exemplo do cemitério de Manila, também se altera em acordo com as necessidades sociais, modificando profundamente as relações estabelecidas entre o mundo dos vivos e o mundo dos mortos, tão flexíveis quanto a Cultura. Segundo Prats (2006) o patrimônio não é um fato congelado no tempo, e não deve ser visto como algo dado naturalmente, mas sua adaptação às necessidades e realidades sociais sim é natural, e deve ser entendida dentro dos processos de construções sociais, fruto de discursos e das mais variadas conjunturas socioculturais.

[7] Os valores que constituem a receita para conservação e ampliação de políticas patrimoniais na Inglaterra constituem-se em 66% de renda gerada através das ações econômicas promovidas através dos usos dos patrimônios e da venda de material comercial (*Self generated income*); 20% de subvenção de capital oriunda de doações institucionais, governamentais e privadas (*Capital grant*) e 14% de financiamento governamental, dos quais o *English Heritage* pretende encontrar-se independente até 2020 (*Government funding*). Maiores informações a respeito podem ser obtidas no site: https://www.english-heritage.org.uk/, acessado em 12 de novembro de 2019.

Deste modo, podemos e devemos pensar nos cemitérios como estes locais dinâmicos, frutos das relações e imaginários sociais. A configuração atual estabelecida com uma separação artificial entre os mortos e os vivos não é algo dado naturalmente, mas sim construídos no decorrer de séculos de políticas públicas e práticas rituais de enterramento e vivência do luto. *Ergo*, o uso(s) do espaço cemiterial e suas instâncias materiais e imateriais, também são frutos destas construções, e podem (e vão) alterar-se com as necessidades sociais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O patrimônio não é comunitário enquanto não atende e não serve à comunidade. Não é representativo de identidades enquanto não há identificação com o preservado. Preservar baseado em conceitos meramente estéticos ou idealísticos ligado à uma função utópica não atende às necessidades sociais e apenas cristaliza uma concepção academicista do que o patrimônio deveria vir a ser. O turismo cemiterial baseado na narrativa de um roteiro marcado na última morada de uma casa senhorial fúnebre, exuberante esteticamente, grandiosa na ocupação espacial, na verdade oculta a história da maior parte dos sujeitos sociais que ali também jazem dividindo o mesmo espaço, todavia sob o esquecimento constante. O cemitério não é um local de memória se o esquecimento e o abandono acompanham o passo curto das gerações e os laços frágeis da memória individual, acompanhado por uma narrativa histórica positivista dos grandes personagens. Estabelecer outras formas de convívio entre os vivos e os mortos e a experiência de compartilhamento do espaço cemiterial é uma possibilidade, para além de econômica, é uma forma de visibilizar outras memórias ali contidas.

Propor modificações dos usos destes espaços, e aceitar (desprovido dos idealismos de congelamento patrimonial) que estas modificações ocorram (pois elas já ocorrem) abrem possibilidades para novas políticas econômicas e turísticas, explorando inclusive locais onde tradicionalmente estas não são aplicadas. Além de ser uma fonte econômica para as políticas patrimoniais, políticas turísticas - que não devem estar restrita a nossa proposta de turismo macabro focado nos cemitérios - são formas de complementação econômica para as comunidades locais, movendo diversos setores que não tem conexão inicial direta com o bem patrimonial

(LEONES, 1995; ARDAHAEY, 2010). Não basta tombar, inventariar, é preciso que a sociedade se aproprie dos espaços patrimoniais, cemitérios inclusos.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. D. G. D. Itinerários da memória: o cemitério como espaço de recordação - roteiros e trajetos. *Anais do XXI Encontro Regional de História*, Minas Gerais, 2018. 1-10.

ARDAHAEY, F. T. Economic Impacts of Tourism Industry. *International Journal of Business and Management*, 6, n. 8, 2010. 206-215.

BRUCE-LOCKHART, L. (Ed.). *Conservation Principles, Policies and Guidance: For the sustainable management of the historical environment*. Londres: English Heritage, 2008.

CHANG, T.-Y. Dark Tourism: The Effects of Motivation and Environmental Attitudes on the Benefits of Experience. *Revista Internacional de Sociología (RIS)*, 72, n. 2, 2014. 69-86.

DARK Tourism: The Attraction of Death and Disaster. *Annals of Tourism Research*, 29, n. 4, 2002. 1188-1189.

DEUTSCH, B. *Tourists' motivations for egaging in Dark Tourism: case study of Apartheid memorials in South Africa*. Vienna: Modul Vienna University, v. Tese de Bacharelado submetida ao Programa em Business Administration in Tourism and Hospitality Management, 2014. 70 p.

FOLEY, M.; LENNON, J. J. JKF and Dark Tourism: A Fascination With Assassination. *International Journal of Heritage Studies*, v. 2, p. 198-211, 1996.

LEONES, J. *Tourism Trends and Rural Economic Impacts: consumer Profiles & Tourism Trends*. http://ag.arizona.edu/arec/pubs/dmkt/TourismTrends.pdf, Online, 1995.

MINIC, N. Development of Dark Tourism in the Contemporary Society. *J. Geogr. Inst. Cvijic.*, 62, n. 3, 2012. 81-103.

NIEMELÄ, T. *Motivation Factors in Dark Tourism. Case: House of Terror. [S.l.]: The Faculty of Tourism and Hospitality*, v. Tese de Bacharelado apresentada ao Programa de Tourism and Hospitality Management Nature and Soft Adventure Tourism, 2010. 43 p.

PRATS, L. La mercantilización del patrimonio: entre la economía turística y las representaciones identitarias. *Boletín del Instituto Andaluz del Patrimonio Histórico*, 58, 2006. 72-80.

VARINE, H. D. *As Raízes do Futuro: o patrimônio a serviço do desenvolvimento local*. 1ª Reimpressão. ed. Porto Alegre: Medianiz, 2013.

YUILL, S. M. Dark *Tourism: understanding visitor motivation at sites of death and disaster*. Universidade do Texas: [s.n.], v. Dissertação de Mestrado em Ciência. Texas A&M University, 2003.

DIPLOMACIA E PATRIMÔNIO CULTURAL: A PONTE INTERNACIONAL BARÃO DE MAUÁ ENTRE JAGUARÃO (BR) E RIO BRANCO (UY) COMO VETOR DE INTEGRAÇÃO NO MERCOSUL

Bruno Cesar Alves Marcelino[1]
Juliana Porto Machado[2]
Rodrigo Da Costa Segovia[3]

INTRODUÇÃO

À medida que o século XXI se desdobra, uma nova versão das relações internacionais se revela, na qual a cultura transcende fronteiras e se estabelece como um eixo estratégico para a coesão e o entendimento mútuo entre nações. Dentro do Mercosul, a diplomacia cultural é concebida não apenas como um meio para compartilhar e promover valores culturais e patrimoniais, mas como um mecanismo vital para a integração regional. Este artigo investiga a interseção da diplomacia cultural e o patrimônio compartilhado, tomando a emblemática Ponte Barão de Mauá como um paradigma de colaboração transfronteiriça entre o Brasil e o Uruguai.

Articulando a narrativa desta investigação, este estudo traça o reconhecimento crescente da cultura como um alicerce essencial no palco internacional, onde, segundo Held et al. (1999), a globalização e eventos geopolíticos recentes têm reconfigurado a diplomacia tradicional. Prosseguiremos ao entrelaçar cultura, direitos humanos e patrimônio cultural, explorando como essa dinâmica interativa está informando as políticas governamentais e a consciência pública. Um foco particular será dado à complexidade da integração cultural e à prática da paradiplomacia no Mercosul, enfatizando os desafios e as potencialidades enfrentadas pelas cidades de Jaguarão e Rio Branco, conforme contextualizado por Lessa (2001), que ressalta a diplomacia cultural como um meio para "promover ou

[1] Doutorando no Programa de Pós-graduação binacional em Estudos Sociais Interdisciplinários de Europa e América Latina (2019-2025), área de investigação em Estudos Socioculturais e Sociopolíticos ofertado pelo Institut für Politik- und Verwaltungswissenschaften (Instituto de Ciências Políticas e Administrativas) da Universität Rostock (Alemanha) e pela Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación da Universidad Nacional de La Plata (Argentina) em cotutela com o Departamento de Ciência Política da Universidade de São Paulo (Brasil).
[2] Doutora em Memória Social e Patrimônio Cultural, pela Universidade Federal de Pelotas (UFPEL); Pós-doutoranda em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social, na Universidade de Cruz Alta (UNICRUZ).
[3] Doutorando em Geografia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro(PUC-RJ).

divulgar a cultura, programas culturais, instituições culturais ou científicas, ideias ou autores de um país".

Através de uma abordagem multidisciplinar, este artigo objetiva sintetizar a compreensão da diplomacia cultural como uma faceta imprescindível e influente da cooperação regional. Discutiremos as estratégias de promoção e integração cultural, reconhecendo as práticas exemplares e identificando lacunas que requerem atenção redobrada. Ao final, esperamos oferecer recomendações substantivas para fortalecer a diplomacia cultural e a cooperação transfronteiriça, com vistas a forjar uma identidade regional compartilhada e vigorosa dentro do Mercosul.

Concluindo, este estudo almeja não somente cristalizar o entendimento das funções da diplomacia cultural, mas também iluminar caminhos estratégicos para futuras iniciativas que potencializam as relações internacionais, cada vez mais entrelaçadas pelo tecido da cultura. A Ponte Internacional Barão de Mauá, como sugere Cummings (2003), emerge não apenas como uma estrutura de concreto que liga dois territórios, mas como um elo cultural, um símbolo de união que reflete "o processo de troca de ideias, informações, valores, sistemas, tradições, crenças e outros aspectos das culturas". Assim, a ponte se apresenta como um microcosmo da diplomacia cultural ativa, um farol para a integração cultural e um modelo para a colaboração internacional no século atual.

A ASCENSÃO DA CULTURA COMO PILAR DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS NO SÉCULO XXI

As primeiras décadas do século XXI têm sido definidoras para as relações internacionais, marcadas por um dinamismo sem precedentes, onde a interação entre Estados, organizações internacionais e atores não estatais é cada vez mais complexa e interdependente. Este período viu o mundo enfrentar desafios e oportunidades únicas, influenciadas por uma gama de fatores que incluem, mas não estão limitados a economia, a tecnologia e, de forma crescente, a cultura (HELD et al., 1999).

A queda do Muro de Berlim e o subsequente fim da Guerra Fria marcaram o início de uma nova ordem mundial, caracterizada por um otimismo cauteloso em relação ao futuro das relações internacionais. No entanto, o otimismo inicial logo deu lugar a uma realidade mais complexa. Os ataques de 11 de setembro de 2001,

por exemplo, não só redefiniram o conceito de segurança global, mas também provocaram uma mudança na forma como a cultura é percebida no âmbito internacional (Stiglitz, 2002).

Com o avanço da globalização econômica e financeira, as interações culturais ganharam um novo ímpeto. A economia de mercado, outrora o motor da globalização, tornou-se apenas uma das várias forças a impulsionar a integração global. A cultura começou a ser reconhecida como um pilar tão crucial quanto a economia nas relações internacionais, assumindo um papel mais central nas políticas externas dos países (APPADURAI, 1996).

O conceito de "Choque de Civilizações", proposto por Huntington, colocou a cultura no centro das discussões sobre conflitos internacionais futuros. Embora controverso, o conceito de Huntington destacou a importância das diferenças culturais e das identidades civilizacionais, trazendo à tona debates sobre como as culturas interagem, colidem e, por vezes, convergem no cenário mundial (Huntington, 1996).

À medida que a cultura ganhou proeminência, a diplomacia cultural começou a ser vista como uma extensão vital das relações exteriores dos países. A diplomacia cultural envolve o intercâmbio de ideias, valores, tradições e outros aspectos culturais, com o objetivo de promover o entendimento mútuo e a cooperação internacional. A ascensão das redes sociais e da comunicação digital ampliou o escopo e a velocidade da diplomacia cultural, tornando-a uma área de crescente interesse e importância estratégica (CASTELLS, 2000; TUCH, 1990).

O Brasil, como uma nação com uma rica diversidade cultural, tem reconhecido cada vez mais o valor do "soft power" cultural em sua política externa. O país tem procurado projetar sua cultura como um meio de fortalecer sua presença global, promover seus interesses e construir parcerias internacionais. Programas como o "Cultura Sem Fronteiras" exemplificam esses esforços, destacando o papel da cultura como um ativo estratégico na diplomacia brasileira (IANNI, 2000; Ministério das Relações Exteriores, Brasil).

O conceito de "soft power", cunhado por Nye, esclarece o poder da atração e da persuasão cultural em oposição ao poder coercitivo tradicionalmente associado

à força militar e econômica. A cultura, neste contexto, é uma ferramenta de "soft power" que os países podem usar para influenciar outros, promover seus valores e interesses, e construir alianças duradouras (NYE, 2012).

A diplomacia cultural não deve ser compreendida apenas em termos de ganho estratégico ou como um mero instrumento de política externa. Cummings nos lembra que a diplomacia cultural tem o potencial de transformar as relações internacionais, servindo como uma ponte para a paz e o entendimento mútuo entre as nações. Este papel transformador da cultura é essencial para a construção de um mundo mais pacífico e integrado (CUMMINGS, 2003).

À medida que o Brasil continua a moldar sua política externa no século XXI, a incorporação da dimensão cultural torna-se cada vez mais relevante. Além de enriquecer o desenvolvimento interno do país, a ênfase na cultura pode aprimorar a imagem do Brasil e ampliar sua influência externa, contribuindo para um ambiente internacional mais harmonioso e cooperativo.

O século XXI desafia os países a repensar e a redefinir suas relações internacionais, com a cultura assumindo um papel proeminente neste processo. Ao adotar uma abordagem holística que reconhece o potencial transformador da cultura, a política externa brasileira não só pode fortalecer os laços internacionais e promover a compreensão mútua, mas também ajudar a criar um cenário global mais inclusivo e diversificado.

Ao concluir a discussão sobre a emergência da cultura como um pilar das relações internacionais no século XXI, vemos que sua influência não é limitada apenas à política externa e ao soft power. O próximo capítulo transita da macroescala da diplomacia global para a microescala do patrimônio cultural, explorando como os direitos culturais e o patrimônio compartilhado tecem a memória coletiva e reforçam a identidade e dignidade humanas. A interseção dessas esferas destaca a cultura como um direito inalienável e um recurso estratégico, essencial para o desenvolvimento integral das sociedades.

CULTURA, DIREITOS HUMANOS E PATRIMÔNIO CULTURAL: TECENDO A MEMÓRIA COLETIVA

A tessitura da vida humana é inextricavelmente entrelaçada com a cultura, uma manifestação multifacetada que permeia todos os aspectos da existência. A

diversidade cultural oferece uma paisagem rica e complexa que revela as maneiras únicas pelas quais as sociedades interpretam, celebram e perpetuam a vida. O patrimônio cultural, tangível e intangível, é um elo vital com nossa identidade coletiva e memória, e é aqui que este capítulo foca: na exploração da relação intrincada entre cultura, patrimônio cultural, direitos humanos e memória, argumentando a necessidade crítica de reconhecimento e preservação do patrimônio cultural para a promoção dos direitos humanos.

Cultura é mais do que arte e manifestações estéticas; é o somatório de valores, tradições, línguas, crenças e práticas cotidianas que nos moldam como seres sociais. Clifford Geertz (1973) concebeu a cultura como um "sistema de significados transmitidos", atuando como uma lente interpretativa da realidade. É através desta lente que vemos os direitos humanos, não como abstrações legais, mas como experiências vividas que se entrelaçam com as tradições e práticas de cada comunidade.

Os direitos culturais são fundamentais para a dignidade humana e para o desenvolvimento de uma personalidade livre e completa. Eles são consagrados na Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 e no Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais de 1966, que estabelecem o direito de todos ao acesso, à participação e à contribuição para a vida cultural. Tais documentos são pedras angulares que reafirmam a cultura como parte integrante da humanidade.

O patrimônio cultural é a expressão viva da cultura, um reflexo da riqueza e da diversidade das expressões culturais. Esta herança, materializada em monumentos e artefatos ou perpetuada em tradições orais, artes performáticas e práticas sociais, serve como testemunho da criatividade humana e da evolução das sociedades. Pierre Nora (1989) conceitua a memória coletiva como fundamental para a preservação do patrimônio cultural, atuando como um elo entre o passado, o presente e o futuro, permitindo que as comunidades mantenham e reinterpretem suas identidades culturais.

A preservação do patrimônio cultural ganha reconhecimento como um direito humano, destacado pela UNESCO em sua Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial de 2003. Esta salvaguarda é vital para a promoção da diversidade cultural e para o diálogo intercultural. No entanto, apesar do

reconhecimento formal dos direitos culturais, desafios e tensões permanecem, particularmente no equilíbrio entre o respeito pela diversidade cultural e a aplicação dos direitos humanos universais. Amartya Sen (2004) alerta contra uma visão monocultural dos direitos humanos, propondo uma abordagem pluralista que considere a diversidade cultural.

A questão do relativismo cultural versus direitos humanos universais é um ponto de controvérsia constante. Alguns argumentam que a ênfase na diversidade cultural pode justificar práticas que violam os direitos humanos, enquanto uma perspectiva excessivamente universalista pode ser vista como impositiva e desrespeitosa das nuances culturais. Aqui, o diálogo intercultural surge como uma ferramenta crucial, como defendido por Boaventura de Souza Santos (2002), que argumenta que uma abordagem multicultural dos direitos humanos é necessária para alcançar um equilíbrio entre universalidade e diversidade.

Em resumo, a interação entre cultura, direitos humanos, patrimônio cultural e memória é um campo complexo que exige sensibilidade e engajamento contínuo. Um diálogo intercultural autêntico e o reconhecimento do patrimônio cultural como um direito humano são passos fundamentais para a construção de sociedades mais inclusivas e justas.

O segundo capítulo trouxe à luz a importância inestimável da cultura e do patrimônio cultural como fundamentos dos direitos humanos e da memória coletiva. Esses elementos são, por sua natureza, dinâmicos e multifacetados, exigindo uma abordagem de governança que seja tanto inclusiva quanto adaptativa. No terceiro capítulo, mergulhamos na complexidade de incorporar o direito à cultura nas políticas governamentais, destacando a necessidade de estratégias que promovam a diversidade cultural e que fortaleçam a identidade e coesão sociais dentro de um quadro de desenvolvimento sustentável.

A INCORPORAÇÃO DO DIREITO À CULTURA NAS POLÍTICAS GOVERNAMENTAIS

À medida que o século XXI desenrola, a interseção entre cultura e governança revela-se cada vez mais crítica no discurso dos direitos humanos e no desenvolvimento. Este capítulo explora a evolução e a incorporação dos direitos culturais nas políticas governamentais, refletindo a necessidade urgente de diálogos

sobre sua implementação no arcabouço jurídico de estados nacionais. A cultura, reconhecida como uma dimensão essencial do desenvolvimento humano, demanda uma análise multifacetada que considere as implicações legais, éticas e sociais da sua promoção e proteção.

A ascensão dos direitos culturais no discurso global ressalta a importância da cultura como um direito fundamental, intrinsecamente ligado à dignidade e à identidade humana. A Declaração Universal dos Direitos Humanos, em seu artigo 27, ilumina a relevância do acesso à cultura, marcando o início de uma jornada em direção ao reconhecimento mais amplo da cultura como um direito (UNESCO, 2005).

A Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais de 2005 amplia esse princípio, destacando a necessidade de políticas públicas que promovam a diversidade cultural. Essa abordagem reconhece a cultura não apenas como uma expressão de identidade, mas também como um recurso vital para a resiliência e a inovação das sociedades (UNESCO, 2005).

Políticas culturais eficazes têm o potencial de fortalecer a coesão social, a participação cívica e o desenvolvimento econômico. O Relatório Mundial da UNESCO "Investir na diversidade cultural e no diálogo intercultural" de 2009 aponta para a necessidade de um compromisso político renovado com a diversidade cultural, propondo um enfoque mais proativo e integrador em quatro áreas principais: língua, educação, comunicação e conteúdos culturais, e criatividade e mercado (UNESCO, 2009).

A língua é mais do que um veículo de comunicação; é a portadora da identidade cultural e dos valores de uma comunidade. Políticas linguísticas que promovem a pluralidade e o multilinguismo contribuem para a preservação da diversidade cultural e para a inclusão social. A educação é um meio poderoso de empoderamento e de diversificação do conhecimento. Políticas educacionais que integram perspectivas culturais diversas e que valorizam o patrimônio cultural ajudam a formar cidadãos mais conscientes e engajados.

Na era da informação, a comunicação assume um papel central na promoção da diversidade cultural. O acesso a uma variedade de conteúdos culturais, a liberdade de expressão e o pluralismo de mídia são aspectos críticos que as políticas

governamentais devem sustentar. A interação entre criatividade, tecnologia e economia forma um ecossistema cultural vibrante. Incentivar a inovação e o empreendedorismo cultural pode impulsionar a economia e reforçar a identidade cultural de uma nação.

Para avaliar e promover a diversidade cultural, é essencial adotar abordagens metodológicas robustas. O estudo "Measuring the Diversity of Cultural Expressions: Applying the Stirling Model of Diversity in Culture" do Instituto de Estatística da UNESCO oferece um quadro para medir a diversidade cultural, considerando indicadores de variedade, equilíbrio e heterogeneidade (UNESCO, 2011).

Na prática, as políticas culturais enfrentam desafios que vão desde a alocação de recursos até a implementação efetiva. Análises como as de Benhamou e Peltier (2011) e Albornoz (2016) demonstram a complexidade de quantificar e promover a diversidade cultural, especialmente no setor cinematográfico, onde a representação equitativa das culturas permanece uma questão contenciosa.

A inclusão do direito à cultura na agenda governamental transcende a esfera legal para se tornar um imperativo ético e social. Ao vincular teoria e prática, é possível desenvolver políticas públicas mais inclusivas e representativas, assegurando que todas as formas de expressão cultural sejam valorizadas em um mundo cada vez mais globalizado e diversificado.

Este capítulo conclui que a incorporação do direito à cultura nas políticas governamentais é um processo multifacetado que exige um compromisso contínuo com a diversidade cultural e a inclusão. Uma abordagem holística e integrada é essencial para que a cultura se torne um pilar central nas políticas públicas, contribuindo para o desenvolvimento humano, a coesão social e o progresso econômico. À medida que os países reconhecem e promovem a cultura como um direito humano, eles pavimentam o caminho para um futuro onde a diversidade cultural é não apenas protegida, mas floresce como um recurso vital para a inovação e o bem-estar coletivo.

Tendo examinado a integração dos direitos culturais nas políticas governamentais, o capítulo subsequente expande essa análise para o contexto regional do MERCOSUL. Aqui, a importância da diplomacia cultural e da paradiplomacia é enfatizada como mecanismos essenciais para a integração cultural

efetiva. O estudo de caso das cidades de Jaguarão e Rio Branco, interligadas pela Ponte Internacional Barão de Mauá, ilustra como a cultura e a cooperação técnica internacional podem transformar fronteiras geográficas em laços transnacionais de solidariedade e parceria.

INTEGRAÇÃO CULTURAL E PARADIPLOMACIA NO MERCOSUL: O CASO DE JAGUARÃO E RIO BRANCO

O MERCOSUL, desde a sua fundação em 1991, foi concebido como um bloco econômico que também almejava a integração cultural dos países membros. No entanto, a cultura frequentemente assumiu um papel secundário diante de interesses comerciais e políticos. Este capítulo analisa a integração cultural dentro do MERCOSUL, com um foco particular nas cidades de Jaguarão, no Brasil, e Rio Branco, no Uruguai, usando a Ponte Internacional Barão de Mauá como um estudo de caso para a cooperação técnica internacional (CTI) e a paradiplomacia cultural.

A integração cultural no MERCOSUL enfrenta desafios significativos. A ausência histórica de uma política de diplomacia cultural clara e consistente no bloco resultou em uma visão limitada e estereotipada das culturas nacionais. Isso é evidenciado pela associação simplista do Brasil com o carnaval e o futebol, ignorando a riqueza da diversidade cultural brasileira (Ritzmann & Merchér, 2019).

Nos últimos anos, tem-se observado uma mudança positiva com a criação do MERCOSUL Cultural e iniciativas como a adoção de um logotipo representativo e o estabelecimento de fundos e secretarias voltadas para a promoção cultural. A implementação do Regulamento para o Reconhecimento do Patrimônio Cultural do MERCOSUL em 2012 é um marco importante nesse processo, destacando a relevância da integração cultural na agenda do bloco (CRUZ, 2017).

A promoção da integração cultural também passa pela facilitação migratória, como o acordo de 2002 que estabeleceu uma Área de Livre Residência. Tal medida promove a livre circulação de pessoas e o fortalecimento de laços culturais e sociais, essencial para uma integração cultural autêntica.

As cidades de Jaguarão e Rio Branco exemplificam os desafios e oportunidades da integração cultural no MERCOSUL. Geograficamente próximas, essas cidades buscam superar obstáculos históricos e culturais para construir uma identidade cultural comum, onde a Ponte Barão de Mauá desempenha um papel simbólico e prático essencial (MARCELINO, 2018).

A Ponte Internacional Barão de Mauá, além de ser uma estrutura física que facilita o comércio, representa um símbolo de amizade e cooperação entre Brasil e Uruguai. Ela reflete a história compartilhada e o potencial de iniciativas culturais para criar laços indestrutíveis entre nações (BRASIL, Ministério das Relações Exteriores, 2014).

COOPERAÇÃO TÉCNICA INTERNACIONAL (CTI) E DIPLOMACIA CULTURAL

A CTI desempenha um papel fundamental na promoção da integração cultural, através da transferência de conhecimento, expertise e recursos. Ao alinhar objetivos e esforços, a CTI ajuda a superar barreiras e a impulsionar uma agenda comum de desenvolvimento e cooperação.

A paradiplomacia cultural refere-se à capacidade de entidades subnacionais, como cidades e regiões, de se engajarem diretamente em relações internacionais para promover sua identidade e interesses culturais. Este conceito, delineado por Duchacek (1984), e expandido por Soldatos (1990), destaca a importância de estratégias de promoção cultural que ultrapassam as políticas nacionais.

A promoção efetiva da integração cultural requer estratégias bem fundamentadas. Iniciativas como intercâmbios acadêmicos, eventos culturais e projetos de pesquisa conjunta são vitais para construir uma compreensão e respeito mútuos entre comunidades transfronteiriças.

Projetos financiados e apoiados pela CTI podem ter um impacto significativo na promoção da cultura e na construção de uma identidade compartilhada. Ao focar em iniciativas que ressoam com as comunidades locais, esses esforços podem transcender fronteiras e fortalecer a integração regional.

Jaguarão e Rio Branco, através da paradiplomacia cultural, podem se tornar protagonistas na construção de laços culturais robustos. A criação de uma narrativa

cultural única, que promove uma integração mais profunda, é uma estratégia inovadora que complementa a diplomacia tradicional.

A integração cultural no MERCOSUL, e em particular entre Jaguarão e Rio Branco, é um processo dinâmico que requer comprometimento contínuo e estratégias inovadoras. A Ponte Internacional Barão de Mauá emerge não apenas como uma via de comércio, mas como um elo cultural vital, demonstrando o potencial da diplomacia cultural para fortalecer a integração regional. A paradiplomacia cultural, em particular, oferece uma oportunidade única para cidades e regiões desempenharem um papel ativo na cena internacional, promovendo a cultura local e contribuindo para um Mercosul mais coeso e integrado culturalmente.

A narrativa progride do panorama da integração cultural no MERCOSUL para o exame específico da Ponte Internacional Barão de Mauá como um símbolo de diplomacia cultural. O quarto capítulo detalha como a cooperação técnica internacional e a paradiplomacia podem ser catalisadores para aprofundar as conexões culturais, preparando o terreno para o quinto capítulo, que destaca a Ponte Barão de Mauá não só como um monumento de cooperação e amizade entre Brasil e Uruguai, mas também como um patrimônio binacional que encarna a integração cultural e histórica. A análise do quinto capítulo aprofunda nosso entendimento de como a diplomacia cultural pode ser efetivamente realizada na prática, servindo como um microcosmo para a dinâmica mais ampla de integração regional que buscamos fomentar no MERCOSUL.

A PONTE INTERNACIONAL BARÃO DE MAUÁ COMO SÍMBOLO DE DIPLOMACIA CULTURAL E PATRIMÔNIO BINACIONAL

A Ponte Internacional Barão de Mauá, situada na região fronteiriça entre o Brasil e o Uruguai, é mais do que uma estrutura que conecta as cidades de Jaguarão e Rio Branco. Ela é um símbolo vivo da cooperação cultural e histórica, um monumento que ressoa com as vozes de um passado compartilhado e com a aspiração de um futuro unido. Este capítulo explora a ponte não apenas como uma via física, mas como um elo cultural e um patrimônio binacional reconhecido, ampliando seu significado no contexto da diplomacia cultural.

Em 2011, a Ponte Barão de Mauá foi tombada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) do Brasil e, em 2015, recebeu o Certificado de Patrimônio Cultural do MERCOSUL, um reconhecimento de sua importância cultural e histórica. Este ato não só destaca a ponte como uma estrutura de significado binacional, mas também como um símbolo dos esforços de integração e expressão comum da região diante do mundo, fortalecendo sua função como um pilar da diplomacia cultural no bloco sul-americano.

A gestão da Ponte Barão de Mauá é um exemplo de cooperação bilateral. A Comissão Binacional, estabelecida por acordo entre o IPHAN e a Comissão de Patrimônio Cultural do Uruguai, é responsável por preservar e promover o monumento como um recurso compartilhado, ressaltando a ponte como um elo não apenas físico, mas também cultural, entre os dois países.

A história da Ponte Barão de Mauá é profundamente entrelaçada com os movimentos de autodeterminação e a atmosfera militar da vila de Jaguarão durante a União Ibérica. Este período foi marcado por um intenso trânsito de pessoas na região, apesar das disputas entre Portugal e Espanha. A construção da ponte, financiada pelo Uruguai como parte de uma dívida de guerra com o Brasil, foi um marco na aproximação dos países, simbolizando o desejo de superar conflitos passados e de fomentar a união política, econômica e cultural.

Erguida entre 1927 e 1930, a Ponte Barão de Mauá foi uma obra pioneira de infraestrutura em concreto armado na América do Sul e a primeira do tipo construída com o propósito de unir os países da região. Ela representa não apenas a cooperação histórica entre Brasil e Uruguai, mas também uma expressão física dos valores e aspirações comuns a ambas as nações.

Atualmente, a Ponte Barão de Mauá continua a desempenhar um papel central na diplomacia cultural e na integração regional. Iniciativas culturais e eventos realizados na ponte e em suas proximidades são reflexo do compromisso contínuo com a cooperação transfronteiriça e com a promoção da identidade regional sul-americana.

O caminho para uma integração cultural mais profunda é permeado por desafios, incluindo a necessidade de preservar o patrimônio enquanto se promove o

desenvolvimento sustentável. No entanto, as perspectivas futuras são promissoras, com a Ponte Barão de Mauá servindo como modelo para outras iniciativas de diplomacia cultural no MERCOSUL e além.

A Ponte Internacional Barão de Mauá transcende a sua função original de passagem, tornando-se um marco de cooperação e entendimento mútuo. A sua história, reconhecimento como patrimônio cultural binacional e a gestão compartilhada reforçam o papel da cultura como um vetor essencial na construção de uma comunidade regional mais integrada e resiliente no MERCOSUL.

A Ponte Barão de Mauá, como discutido no quinto capítulo, ressoa com a história conjunta e os esforços de união entre Brasil e Uruguai, simbolizando o poder da diplomacia cultural de transcender o físico e tecer um rico tapeçaria de conexão e cooperação. Este simbolismo pavimenta o caminho para a conclusão, onde refletimos sobre as descobertas e consideramos o impacto transformador da cultura na diplomacia e na identidade regional. A conclusão não só sintetiza as lições aprendidas, mas também aponta para o futuro, onde a cultura e a diplomacia cultural se afirmam como forças unificadoras essenciais para a construção de um Mercosul mais integrado e harmonioso.

CONCLUSÃO: CULTURA COMO PILAR DE UNIÃO E PROGRESSO NO MERCOSUL

O desenrolar das análises empreendidas neste estudo revela a cultura não apenas como uma expressão de identidades diversas, mas também como um elo dinâmico e vital na promoção da integração sul-americana. A Ponte Internacional Barão de Mauá, um marco tanto físico quanto simbólico, é um testemunho do poder da diplomacia cultural em transcender fronteiras e em unir pessoas em um diálogo construtivo e frutífero. Este estudo reflete sobre a importância de estratégias de promoção cultural bem fundamentadas, como um mecanismo para fortalecer laços internacionais e promover compreensão mútua no MERCOSUL.

A diplomacia cultural é enfatizada por Ianni (2000) como um "recurso estratégico" nas relações internacionais, onde sua eficácia é amplificada pelo reconhecimento do valor intrínseco da cultura em todos os aspectos do desenvolvimento humano. Como Joseph Nye (2012) argumenta em "O Futuro do Poder", o soft power, a capacidade de cooptar ao invés de coagir, é um elemento

essencial na tapeçaria da política internacional contemporânea. Este conceito se manifesta vividamente na Ponte Barão de Mauá, onde a cultura serve como um canal para a cooperação e o entendimento intercultural.

As implicações práticas deste estudo são vastas. A inclusão da cultura nas políticas públicas exige uma abordagem multifacetada que esteja alinhada com os princípios de diversidade, inclusão e direitos humanos, conforme articulado pela Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) e pelo Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (1966). A UNESCO (2005) sublinha a necessidade de proteger e promover a diversidade das expressões culturais, uma noção que deve ser inerente a todas as políticas de integração cultural.

Estudos de caso comparativos, como as estratégias de integração cultural da União Europeia, fornecem um contexto adicional para esta discussão. O exemplo europeu destaca a possibilidade de superar diferenças históricas e linguísticas em prol de uma identidade regional unificada, como demonstrado em "Cultura y relaciones internacionales" (Podestá, 2004). Essas comparações não só fornecem um espelho para o MERCOSUL, mas também incentivam a adaptação de estratégias bem-sucedidas à realidade sul-americana.

A cooperação técnica internacional, destacada pelo Ministério das Relações Exteriores do Brasil (2014), é um dos pilares na realização de projetos culturais transfronteiriços, facilitando a partilha de conhecimentos e o fortalecimento de uma identidade cultural comum. A paradiplomacia cultural, conforme discutido por Soldatos (1990), é uma via para a manifestação da cultura local no palco internacional, uma abordagem que Jaguarão e Rio Branco têm utilizado efetivamente para promover suas identidades culturais únicas.

Ao refletir sobre o potencial transformador da cultura, este estudo reforça a ideia de que a diplomacia cultural é essencial para a criação de um cenário global mais inclusivo e diversificado. A Ponte Internacional Barão de Mauá simboliza esta capacidade transformadora, servindo como um ponto de convergência para os esforços de união regional. Como Cummings (2003) observa, a cultura tem o potencial de transformar as relações internacionais, atuando como uma ponte para a paz e o entendimento mútuo.

Em suma, a cultura emerge deste estudo como um vetor indispensável para a integração regional no MERCOSUL, uma força que une, inspira e promove o progresso. Através de uma abordagem holística que valoriza a cultura em todas as suas facetas, é possível contribuir significativamente para um ambiente internacional mais harmonioso e cooperativo. Assim, a Ponte Internacional Barão de Mauá permanece como um emblema do poder da diplomacia cultural na construção de um futuro partilhado e na concretização de uma comunidade regional mais integrada e resiliente.

REFERÊNCIAS

ALBORNOZ, L. **Cinema and Inter-American Relations: Tracking Transnational Affect**. New York: Routledge, 2016.

APPADURAI, A. **Modernity at Large: Cultural Dimensions of Globalization**. University of Minnesota Press, 1996.

BARBALHO, A. **A política cultural segundo Celso Furtado**. In: Barbalho, A.; Calabre, L.; Miguez, P.; Rocha, R. (Org.). Cultura e desenvolvimento: perspectivas políticas e econômicas. Salvador: EDUFBA, 2011.

BENHAMOU, F.; PELTIER, S. **How should cultural diversity be measured? An application using the French publishing industry**. Journal of Cultural Economics, 35(1), 85-104, 2011.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Agência Brasileira de Cooperação. **Diretrizes para o Desenvolvimento da Cooperação Técnica Internacional Multilateral e Bilateral**. Brasília: Agência Brasileira de Cooperação, 2014.

CASTELLS, M. **The Rise of the Network Society**. Blackwell Publishers, 2000.

CUMMINGS, M. C. **Cultural Diplomacy and the United States Government: A Survey**. Center for Arts and Culture, 2003.

CRUZ, Gizelli Alini da. **MERCOSUL Cultural no Desafio da Integração Sulamericana**. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento, Edição 03, Ano 02, Vol. 01, p. 27-36, 2017.

DUCHACEK, I. D. **The International Dimension of Subnational Self-Government**. The Review of Politics, 46(3), 361-382, 1984.

GEERTZ, C. **The Interpretation of Cultures**. New York: Basic Books, 1973.

HELD, D.; MCGREW, A.; GOLDBLATT, D.; PERRATON, J. **Global Transformations: Politics, Economics, and Culture**. Stanford University Press, 1999.

HUNTINGTON, S. P. **The Clash of Civilizations and the Remaking of World Order**. Simon & Schuster, 1996.

IANNI, O. **Teorias da Globalização**. Civilização Brasileira, 2000.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). **Ponte Internacional Barão de Mauá - Patrimônio Cultural do Mercosul**. [Online]. Disponível: http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1126/, 2011.

MARCELINO, Bruno César Alves. **A Sociedade Civil e a Integração Cultural: Estudo Sobre o Movimento Fronteras Culturales na Fronteira Brasil-Uruguai**. Dissertação de Mestrado, 2018.

MIKLOS, M. S. **Diplomacia federativa: o Estado brasileiro e a atuação internacional de suas Unidades Constituintes**. Carta Internacional, vol. 6, n. 1, 2011.

NYE, J. S. **The Future of Power**. PublicAffairs, 2012.

PODESTÁ, B. **Cultura y relaciones internacionales**. Montevideo: Taurus/Universidad Católica, 2004.

RITZMANN, Fernando José. **O MERCOSUL para a cultura**, 2018.

SANTOS, B. de S. **Toward a New Legal Common Sense**. London: Butterworths LexisNexis, 2002.

SEN, A. **Elements of a Theory of Human Rights**. Philosophy & Public Affairs, 32(4), 315-356, 2004.

SOARES, Maria Susana Arrosa. **A diplomacia cultural no Mercosul**. Revista brasileira de política internacional, v. 51, p. 53-69. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbpi/a/mLtpW4YcQGFJ4FWZ3868KBf/?lang=pt, 2008.

STIGLITZ, J. E. **Globalization and its Discontents**. W. W. Norton & Company, 2002.

STIRLING, A. **On the Economics and Analysis of Diversity**. SPRU Electronic Working Paper Series, 156, 2009.

UNESCO. **Convention on the Protection and Promotion of the Diversity of Cultural Expressions**. Paris: UNESCO, 2005.

UNESCO. **Investing in Cultural Diversity and Intercultural Dialogue: UNESCO World Report**. Paris: UNESCO, 2009.

UNESCO. **Measuring the Diversity of Cultural Expressions: Applying the Stirling Model of Diversity in Culture**. UNESCO Institute for Statistics, 2011.

UNITED NATIONS. **Universal Declaration of Human Rights**. New York: United Nations, 1948.

UNITED NATIONS. **International Covenant on Economic, Social and Cultural Rights**. New York: United Nations, 1966.

PETE - PROJETO DE EDUCAÇÃO E TURISMO NAS ESCOLAS

Edilayne Samara Santos Tavares Caetano
Larissa Bitar Duarte
Verônica Rodrigues De Lima

INTRODUÇÃO

Este projeto tem como propósito implementar a Lei ordinária nº 6983/2021 intitulada Adriana Pisoni que cria o turismo educativo nas escolas municipais de ensino fundamental.

A referida Lei é de autoria do vereador Ricardo Pereira e foi elaborada em parceria com a Professora Dra. Adriana Pisoni (in memoria) e a Professora Dra. Ângela Ribeiro, pensando em proporcionar aos estudantes de forma lúdica e interativa o contexto educativo que aborda o turismo local dentro da interdisciplinaridade e transdisciplinaridade do conteúdo histórico, geográfico, sustentável, patrimonial cultural material e imaterial contido na cidade de Jaguarão RS.

Segundo Matos (2013), o turismo pedagógico é uma forma eficiente de aprimorar a aprendizagem dos alunos, o professor tem como ferramenta o conhecimento já adquirido pelo aluno, mas faz uso da liberdade de utilizar essa atividade como metodologia de ensino, trabalhando assim dentro dos princípios pedagógicos.

O Projeto teve início no ano de 2021, com formação pedagógica para os docentes de história, geografia e arte, dos anos finais do ensino fundamental, oferecido para as 8 escolas da rede municipal.

Na ocasião foram eleitas através de sorteio duas instituições para realizarem o projeto como piloto em duas escolas municipais, as Escolas Marechal Castelo Branco e Marcílio Dias. As quais elegeram dois temas de acordo com o contexto da comunidade escolar, no viés do turismo, os quais foram: origem da vila de pescadores no bairro Kennedy e as relações étnico raciais e os terreiros de umbanda, respectivamente.

Entende-se que essa experiência fez com que os estudantes enriqueçam seu conhecimento por meio da pesquisa, do diálogo entre leitura e escrita, aproximando o aluno a vivenciar o cotidiano de comunidade e por sua vez da sua cidade.

Pensando nesse propósito é que destaca-se o turismo pedagógico como uma atividade que cumpre seu papel a partir do momento em que existe a interação dos sujeitos, é uma atividade de construção conjunta, a qual possibilita o engajamento do professor e dos estudantes.

DESENVOLVIMENTO

A cidade de Jaguarão está situada no extremo sul do Rio Grande do Sul fazendo fronteira com a cidade vizinha de Rio Branco no Uruguai. Fundada em 1802 por um acampamento militar as margens do Rio Jaguarão, carrega em sua linha do tempo grandes acontecimentos históricos, que até hoje são lembrados através de suas memórias, arquitetura e expressões culturais. Esse acervo cultural e patrimonial está presente em conexão entre o passado e o presente, pois suas evidências estão registradas no patrimônio edificado, nas histórias contadas, nos nomes de ruas, nas escolas com seus patronos, na natureza local, e através do Projeto de Educação e Turismo vem ganhando espaço para ser trabalhado nas escolas municipais da cidade de Jaguarão RS, com as evidências deixadas pelo tempo no contexto indenitário é que se desenvolve a educação patrimonial nas escolas municipais.

ABREU (1998) afirma que famílias e grupos sociais que partilham entre si memórias individuais e/ou coletivas fortalecem o conhecimento e a preservação da memória. Com esse intuito, o Projeto Educação e Turismo nas escolas foi criado, para promover a valorização e o (re)conhecimento deste patrimônio material e imaterial já mencionado da cidade de Jaguarão, e além de resgatar valores culturais e históricos através de atividades didáticas nas escolas municipais.

Para FERREIRA (2002), a memória é uma construção do passado, pautada em emoções e vivências, sendo assim flexível, modificada de acordo com as necessidades do presente.

Pensando nos jovens, agentes transformadores do ambiente, foram realizadas atividades de sensibilização e incentivo a conservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental para fortalecer o turismo local, dando espaço para uma observação pessoal da realidade a que estes pertencem.

Para a execução do projeto a SMED – Secretaria Municipal de Educação e Desporto, criou um grupo de estudos multidisciplinar composta por pedagogos,

educadores e turismólogos para pensar, planejar e executar os cronogramas anuais que contam com temáticas culturais diferentes e ferramentas de registro de acordo com o assunto abordado. Ainda assim o projeto conta com ferramentas de registro permanente como as salas museus que derivam dos trabalhos de seleção das escolas em que os alunos acabam conhecendo mais sobre o assunto, e a revista de Educação e Turismo, criada para perpetuar os projetos, registrar os alunos que fazem parte dessa história contribuindo para a memória da comunidade.

LINHA DO TEMPO COM TODOS OS ACONTECIMENTOS

A SMED recebeu em dezembro de 2021, dois integrantes do Instituto de Memória e Patrimônio para distribuição de cartilha, folder e pendrive para subsidiar a prática pedagógica de professores de história, geografia e arte. O material contém dicas de leitura, dicas de filmes e sugestões de atividades para sala de aula, sobre Educação Patrimonial, Patrimônio Cultural, Memória Social, Órgãos e Leis que regem o patrimônio. Esse material só foi distribuído para os educadores no início do ano letivo de 2022, e foi pedido que fosse desenvolvido um trabalho nas escolas, a partir desses subsídios.

Os docentes realizaram um excelente trabalho, com orientação dos supervisores escolares, que envolveu confecção de cartazes, maquetes, e visitação ao Patrimônio Histórico da Cidade, tudo foi registrado, o que resultou num relatório que foi entregue dia 25/04 na mantenedora.

A partir disso, surgiu a ideia de relacionar os belíssimos trabalhos desenvolvidos nas escolas municipais, propostos pela SMED, ao Dia do Patrimônio e o lançamento do Projeto PETE.

Após SMED receber os trabalhos, esta teria que escolher duas escolas para serem as escolas piloto do projeto PETE, mas devido a dedicação dos professores e estudantes, tornou-se uma tarefa árdua a decisão, pois os trabalhos desenvolvidos foram de excelência. Em virtude disso, as responsáveis pela gerência do Projeto Educação e Turismo resolveram realizar o sorteio dessas duas escolas no Dia do Patrimônio.

Março/2022 - Formação de parceria entre Secretaria Municipal de Educação e Desporto (SMED), Secretaria de Cultura e Turismo (SECULT), Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA) e Turismólogos Liberais para gerir o Projeto que visa

ao ensino de Turismo nas Escolas Municipais da Cidade de Jaguarão. Em consonância com a Lei Municipal Nº 6.983/21, Lei Adriana Pisoni da Silva, de autoria do vereador Ricardo Pereira.

Primeira reunião composta pelas responsáveis pela gerência do projeto.

Abril - Maio/2022 – A Equipe responsável pela gerência destacou a importância de haver uma formação continuada para nortear os professores no decorrer do projeto e selecionou as Habilidades dos Componentes Curriculares (História, Geografia e Artes), contidas no Documento Orientador Municipal (DOM) da Educação, que estarão envolvidos no Projeto com esta finalidade.

Junho/2022 - É proposto a inclusão dos trabalhos do Patrimônio desenvolvidos nas escolas nos meses de março e abril, no dia do Patrimônio, comemorado dia 17 de agosto, momento onde será apresentado o Projeto PETE.

Julho/2022 – Contou-se com a participação da Professora Dra. Francielle de Lima (Universidade Federal do Pampa) para apresentar o Planejamento da Formação Continuada a ser realizada com os professores e as equipes diretivas das escolas municipais para subsidiar a prática pedagógica.

Apresentação do Projeto PETE ao prefeito Rogério Cruz: na manhã do dia 28 de julho, o Prefeito Rogério Cruz recebeu em reunião, a apresentação do Projeto Piloto de implantação do PETE no município.

A reunião que contou com a presença do autor da Lei N° 6983/2021 que cria o Turismo Educativo nas Escolas Municipais de Ensino, o Vereador Ricardo Pereira. Participaram também os demais parceiros do projeto: o Secretário de Cultura e Turismo Leandro Dutra, a Secretária Adjunta de Educação e Desporto Cricia Martins, a Secretária Adjunta de Cultura e Turismo Evanice Marques, a Turismóloga Edilayne Samara Santos Tavares Caetano, a Pedagoga Verônica Rodrigues de Lima, a Diretora de Departamento Ana Ester Souza, e a Presidente da Comissão de Turismo Educativo Larissa Bittar.

Segundo o projeto, que tem como principal objetivo, fazer com que o estudante se insira na história e na cultura do nosso município, também irá difundir a história da cidade, o turismo, e através do conhecimento, sobre as culturas e a história local, os alunos irão desenvolver carinho, amor, e apreço pelo município em que moram.

17 de Agosto/2022 - Dentro da Programação da IV Semana do Patrimônio de Jaguarão, no dia 17 de Agosto, pela parte da manhã aconteceu na Biblioteca Pública Municipal o Lançamento do "Projeto de Educação e Turismo nas Escolas (PETE)".

O lançamento contou com a presença do Prefeito Municipal Rogério Cruz, Vereador Ricardo Pereira, Secretário de Educação Rafael Schneid, Coordenadoras do Setor pedagógico da SMED professoras Ana Ester Dutra Ferreira e Verônica Rodrigues de Lima, Secretária Adjunta da Cultura e Turismo Evanice Marques, Turismóloga da SECULT Edilayne Samara Santos Tavares Caetano, Turismóloga liberal Larissa Bittar, Professoras da Unipampa Profa. Dra. Francielle de Lima e Profa. Dra. Angela Ribeiro e Professores da rede municipal, foi então apresentado o projeto oriundo da Lei municipal 6.983/ 2021 de autoria do Vereador Ricardo Pereira da Silva.

O vereador teve a oportunidade de explanar de forma simples e objetiva sua lei, relatando inclusive a construção dela, através de muitas conversas, encontros e reuniões com todos os envolvidos. Emocionado, ele disse: "Foi algo pensado e construído com os interessados e não algo imposto".

Este projeto firma a formação da parceria entre a secretarias Municipal de Educação, Cultura e Turismo, Universidade Federal do Pampa, turismólogos liberais, para gerir uma ação, que visa o incentivo ao ensino do Turismo nas Escolas Municipais da cidade em consonância com a lei municipal Adriana Pisoni da Silva.

Composição da mesa de autoridades

As responsáveis pela gerência do PETE, juntamente com os representantes das escolas sorteadas para serem a escolas pilotos e o vereador Ricardo Pereira.

As professoras da Unipampa: Francielle de Lima e Ângela Ribeiro; o Secretário de Educação Rafael Schneid e o Vereador Ricardo

Setembro/2022 – Iniciaram-se as Oficinas de formação para os professores da Rede Municipal de Ensino, que fazem parte do Projeto. Segue abaixo o planejamento da formação continuada proposto e aplicado pela Prof.a Dra. Francielle de Lima da Universidade Federal do Pampa.

PENSANDO O TURISMO SOB A ÓTICA EDUCACIONAL: AMPLIANDO CONCEITOS E (RE)DESCOBRINDO A CIDADE

A proposta apresenta-se fragmentada em 5(cinco) módulos teórico/práticos. Totalizando XX horas de qualificação. O projeto terá como base os conteúdos programados descritos na sequência:

MÓDULO 1 – O QUE É TURISMO? MÚLTIPLAS DIMENSÕES DO TURISMO

✓ Subsunçores: o que é turismo?

✓ Múltiplas dimensões do turismo

✓ Turismo sob a ótica educacional

MÓDULO 2 – O TURISMO SOB A ÓTICA EDUCACIONAL

✓ O turismo pedagógico

✓ O turismo substancialmente educacional/pedagógico

✓ Exercício reflexivo

✓ Explicação do Programa: Transpondo muros e (re)descobrindo patrimônios da cidade via
Turismo

MÓDULO 3 – O TURISMO E O MEIO AMBIENTE

✓ Turismo e inovação no espaço natural

✓ Turismo e inovação no espaço rural

✓ Turismo e educação ambiental

✓ Exercício reflexivo

MÓDULO 4 – O TURISMO E O PATRIMÔNIO

✓ Turismo e cultura (patrimônio cultural material e imaterial)

✓ Turismo cultural e suas interfaces

✓ Turismo e educação patrimonial

✓ Exercício reflexivo

MÓDULO 5 – O TURISMO COMO PROMOTOR DE APRENDIZAGENS

✓ Seminário de proposições criadas durante os módulos (transpondo muros)

✓ Educação integral, permanente e ao longo da vida

✓ Intencionalidade pedagógica

✓ Papel da mediação e interação

✓ Reflexões finais

Novembro/2022 – Em novembro, foram concluídas as oficinas de formação continuada, onde as escolas Pilotos apresentaram as atividades desenvolvidas em decorrência do Projeto. Onde a EMEF Castelo Branco apresentou histórias de

pescadores e a EMEF Marcilio Dias apresentou sobre a educação étnico racial e os terreiros de umbanda próximo da escola.

Representantes da EMEF Castelo Branco

Grupo de professores no curso de formação

Ainda em novembro, as Escolas Pilotos: Castelo Branco e Marcílio Dias, participaram da apresentação da proposta do Curso de Extensão -Turismo sob a Ótica Educacional ministrada pela professora doutora Francielle Lima na Feira Binacional do Livro de Jaguarão.

Abril/2023 - o Presidente Enio Rigatti recebeu a comitiva da Secretaria Municipal de Educação e Desporto: Verônica Rodrigues de Lima, Ana Ester Ferreira e Prof. Luciana Lacerda, acompanhadas pela Turismóloga, Larissa Bitar, e do Vereador Ricardo Pereira. O objetivo foi apresentar a revista que será lançada referente a pauta Turismo na escola

CONCLUSÃO

Espera-se que, com o projeto de educação e turismo nas escolas haja uma transformação do ser local nas questões sociais e educativas, pois as escolas são grandes laboratórios de inserção do conhecimento para tornar a cidade um local limpo, organizado, seguro e belo, dentro desse contexto o turismo se desenvolve trazendo profissionais preparados para o seguimento através do conhecimento adquirido passando pelo curso de Gestão em Turismo da Unipampa, universidade local que oferece o curso, com o intuito de gerar desenvolvimento e renda.

Outra forma de ver o processo de ensino-aprendizagem do projeto é quando o aluno identifica-se como um potencial turista, que entende o valor do patrimônio cultural e ambiental local, e se tornará um cidadão preocupado e ativo em sua

sociedade. A partir das atividades de turismo pedagógico o aluno aprende na prática como realizar um turismo sustentável e valorizando o potencial turístico local.

Pensando assim, acredita-se que as contribuições geradas pelo turismo pedagógico como atividade em auxílio ao processo de educação dos conteúdos de uma disciplina que compõe o currículo escolar, são relevantes para os alunos que participam do projeto, pois tem o ensino aprimorado e o conhecimento ampliado, repercutindo os resultados do projeto.

REFERÊNCIAS

ABREU, Mauricio de Almeida. **Revista da Faculdade de Letras**, Porto, V.14, 1998.
FERREIRA, Marieta de Moraes. **História, tempo presente e história oral.** Topoi, Rio de Janeiro, V.3, n. 5, Dez 2002. Disponível em: www.scielo.br/j/topoi/a/fpGyHz8dRnk56XjcFGs736F/?format=pdf&lang=pt

MATOS, Francisco de Castro. **Turismo Pedagógico: o estudo do meio como ferramenta fomentadora do currículo escolar.** Anais do VII SEMINÁRIO DE PESQUISA EM TURISMO DO MERCOSUL. TURISMO E PAISAGEM: relação complexa. Universidade de Caxias do Sul- Mestrado em Turismo, Caxias do Sul-RS, 16 e 17 de novembro de 2012.

AS FACETAS DE UM PATRIMÔNIO FRONTERIÇO

Fatiane Fernandes Pacheco[1];

INTRODUÇÃO

A Ponte Internacional Mauá representa a liagação de dois países, Brasil e Uruguai, unindo as cidades de Jaguarão e Rio Branco, representa um marco para a cultura das duas cidades, sendo assim uma história compartilhada com base na cultura e na economia, pois a população sempre transitou entre os dois lados, o que se intensificou após a sua construção. Atualmente destaca-se como o primeiro bem binacional reconhecido como Patrimônio Cultural pelos países do MERCOSUL. A ponte Internacional Mauá é uma estrutura arquitetônica que transcende sua função primária de conectar geograficamente duas cidades de fronteira. Ela serve como um símbolo icônico de fronteiras físicas e culturais que são frequentemente mais complexas do que a simples divisão geográfica.

Este texto busca explorar a profunda relevância da ponte Internacional Mauá na formação e expressão da identidade fronteriça. À medida que a circulação da população transformam as cidades vizinhas em locais de intercâmbio cultural, econômico e social, a ponte Mauá torna-se um espaço emblemático onde as identidades locais e as identidades transfronteiriças se entrelaçam. Nesse contexto, a ponte desempenha um papel vital na construção de identidade fronteriça, destacando sua influência nas dinâmicas sociais, econômicas e culturais que moldam o tecido urbano. Ao longo deste artigo analisaremos como este patrimônio ajuda a definir uma identidade fronteriça para essas duas cidades vizinhas, além de promover a compreensão das complexas relações entre espaços urbanos e suas fronteiras físicas e simbólicas.

UM PATRIMÔNIO BINACIONAL

Nacionalmente, a Ponte Internacional Barão de Mauá recebeu em 2011 a primeira nomeação por parte do IPHAN, como Bem Cultural Binacional, através do Processo de Tombamento nº 1.571-T-09, inscrito em 20 de setembro de 2012 no Livro do Tombo Histórico (volume 03, folhas 41-43, inscrição 607), no Livro do

[1] Mestra em Memória e Patrimônio Cultural, contato: fatianepacheco@gmail.com

Tombo Arqueológico Etnográfico e Paisagístico (volume 02, folhas 72-73, inscrição 157) e no Livro do Tombo das Artes Aplicadas (volume 01, folhas 02-05, inscrição 005). A proteção e salvaguarda da ponte ficaram sob a responsabilidade de instituições nacionais, o IPHA, no Brasil, e o CPCN, no Uruguai. Assim, cada lado da fronteira vai procurar a melhor maneira de conseguir gerir este bem, de acordo com suas próprias legislações. Essas medidas de preservação e conservação das instituições nacionais de ambos os países da fronteira provocam, na população local, certa esperança, como podemos perceber no relato do morador jaguarense R. S. L. "a gente fica com aquela expectativa da restauração dessa ponte que é muito bonita e um marco histórico de Jaguarão".

Em 2012, começa ser discutida na VII Reunião da Comissão do Patrimônio Cultural do MERCOSUL18, realizada na cidade de Brasília, Distrito Federal, a candidatura da Ponte Internacional Mauá a patrimônio cultural do MERCOSUL, apresentada pelos representantes do GT Binacional Brasil/Uruguai. No ano seguinte, na cidade de Montevidéu aconteceu a VIII Reunião da Comissão do Patrimônio Cultural do MERCOSUL19, onde foi aprovada a ata da reunião anterior. Desse modo, o certificado de "Categoria Patrimônio Cultural do MERCOSUL", conferido à Ponte Internacional Barão de Mauá, foi emitido pelo anexo Ata nº 01/2013, da X Reunião da Comissão do Patrimônio Cultural do MERCOSUL, ocorrida em novembro de 2014, na cidade de Buenos Aires. Em 2015, Jaguarão recebe a XI Reunião da CPC – MERCOSUL, onde foi apresentada a proposta de Plano de Gestão da Ponte Barão de Mauá, entre outros assuntos.

As instituições nacionais de proteção, do Brasil e do Uruguai, percebem, no reconhecimento da Ponte Internacional Barão de Mauá como o primeiro bem do MERCOSUL, a dificuldade quanto aos métodos de institucionalização e de tutela do patrimônio cultural, em razão da transnacionalidade do bem, que exige novos parâmetros de gestão.

A gestão administrativa do bem patrimonial é partilhada por ambos os países, como bem binacional ou como bem do MERCOSUL, é uma questão que já foi abordada, aparecendo em alguns estudos. Por exemplo, em Ivana Santos (2017), que investigou em sua tese de doutorado os métodos de institucionalização e tutela da Ponte Internacional Mauá, enquanto patrimônio cultural, envolvendo as políticas de gestão patrimonial adotadas no âmbito do MERCOSUL, entre Brasil e Uruguai,

com base nos acordos, tratados e entrevistas realizadas com os envolvidos na Comissão do Patrimônio Cultural do MERCOSUL - CPC.

> A proposta do Plano de Gestão da Ponte, ainda não formalizada em acordo internacional entre Brasil e Uruguai, porém, se oficializada, pode representar um importante avanço na gestão patrimonial da Ponte, pois contempla uma poligonal transnacional que será gerida de forma integrada no território de ambos países, tal como exige o bem, mas contemplando os interesses e responsabilidades de cada uma das comunidades afetadas. (SANTOS, 2017, p.148)

Segundo Santos (2017, p. 148), o plano proposto pela comissão de representantes do IPHAN e do CPC, está em seu momento inicial, "no que se refere às ações e decisões do MERCOSUL, como no que tange à assinatura de acordos bilaterais entre Brasil e Uruguai", para que haja de fato ações concretas das instituições nacionais em ambos os países. A autora dá ênfase nos desafios enfrentados por essas cidades da fronteira para a preservação e gestão do seu bem patrimonial, por se tratar de um bem que ultrapassa as fronteiras identitárias nacionais. Desse modo, Santos ressalta:

> A regulamentação e a gestão de um bem transnacional nem sempre é algo ágil para ser conquistado, pois que dependente da vontade política de mais de um Estado Soberano, e de estratégias diversas que atendam aos interesses de ambos, inclusive de suas populações e governos locais (2017, p.21)

No momento em que ela foi declarada Patrimônio Cultural do MERCOSUL, intensificou-se a divulgação da sua imagem (FIGURA 1 e 2) pelo poder público de ambos os lados.

Figura 1: Logo da Gestão 2015/2020
Fonte: Portal eletrônico da Prefeitura Municipal de Rio Branco

Figura 2: Logo da Gestão 2017/2020
Fonte: Portal eletrônico da Prefeitura Municipal de Jaguarão

Como exposto nas imagens acima, a ponte é um patrimônio local, vivenciado pela população local. Esta vivência local deste patrimônio se intensifica pelo seu

reconhecido como binacional, por isso as vivências e significados ali experimentados são aguçados pela percepção das pessoas que ali transitam, moradores ou não. Mas é a população fronteiriça que a vivencia no seu cotidiano. Logo a ponte constitui suas articulações com o tempo – para a população local é um lugar de memória, que cada geração vai ressignificando.

Nesse sentido, a ponte concerne questões locais sobre memória e identidade, do mesmo modo como tem significados na constituição da paisagem do lugar. Ou seja, pensar a ponte na perspectiva das memórias múltiplas implica perceber este lugar para além da visão normativa, considerando inclusive as vivências subjetivas daqueles que vivenciam este lugar cotidianamente, sejam trabalhadores, aposentados, jovens, assim vislumbrando o espaço como plural, tendo suas configurações entre passado e presente.

O significado da Ponte Internacional Barão de Mauá como patrimônio cultural do MERCOSUL para a população fronteiriça vai além das experiências vivenciadas no tempo presente. Ela é um símbolo das relações sociais de integração da fronteira do Brasil com Uruguai, construídas na região pelo diferentes tempos históricos. Marca um encontro de dois países vizinhos, que acumularam uma história de conflitos e negociações. Neste sentido, a ponte como patrimônio cultural estabelece com a população fronteiriça a relação de identificação e continuidade, relacionado seu passado ao presente, por sua capacidade de materializar e evocar parte da memória social.

PATRIMÔNIO E IDENTIDADE

A ponte Internacional Barão de Mauá está amarrada ao contexto social da população fronteiriça, pois a ligação dessa população local está no cotidiano do espaço partilhado, mas as formas de viver socialmente são variadas de acordo com a sua cultura, o que implica haver algumas dissonâncias de experiências, mesmo estando no mesmo espaço. Conforme Assmann (2011), os modos de recordar são definidos culturalmente, variam ao longo do tempo e segundo a formação cultural em que são formulados.

A evocação da imagem da ponte nas memórias de grupo da população jaguarense refere-se a um momento da história da cidade onde o progresso do estado do Rio Grande Sul podia ser visto na cidade de Jaguarão, pois no momento

da construção da Ponte Internacional Barão de Mauá, na década de trinta, a cidade vivia ainda seu ápice de desenvolvimento econômico.

Os casarões da cidade da cidade de Jaguarão refletem o requinte e a riqueza da época do progresso. Suas edificações coloniais, ecléticas, art déco e modernistas mostram a elementos funcionais e ornamentais da arquitetura da cidade.

A cidade possui um expressivo patrimônio arquitetônico construído na segunda metade do século XIX e início do XX, composto de variadas linguagens arquitetônicas, sem similar em números e estado de conservação no Rio Grande do Sul (MARTINS, 2001, p. 232). A rememoração dos moradores locais está dividida por camadas temporais. Para o grupo com faixa etária mais elevada, por conhecer a história da região e da construção da ponte, a rememoração aparece calçada na memória de um passado de opulência. Conforme podemos observar no relato da interlocutora M.B[2]. (2019):

> [...] faz parte da história e formação da cidade, de um período de opulência e riqueza. A ponte traz em si memórias, experiência, vidas de quem a construiu, de quem viu ser construída, de quem a cruzou de trem.

Como também ressalta o interlocutor M. G. C[3]. (2013):

> [...] em 1930 se efetivou um dos grandes, talvez o maior projeto arquitetônico de Jaguarão, que é a ponte Mauá. Jaguarão hoje não seria nada econômica e culturalmente se não tivéssemos a Ponte Mauá. O nosso desempenho melhorou. Isto é, na economia e na cultura, começou a partir de 1930, porque sem essa ponte hoje talvez Jaguarão não sobrevivesse economicamente, seria uma cidade de seis ou sete mil habitantes.

Essas lembranças, escolhidas e alinhadas entre a memória e lugar, contam a história do desenvolvimento da região no período. São lembranças de pessoas que conhecem a história da cidade e já viveram algum tempo, que foram capazes de acumular certos conhecimentos sobre o lugar. Em relação aos sujeitos da faixa etária mais jovem, os mesmo abandonam a visão de opulência e mencionam em suas memórias a relação de interação, como demonstra o relato pelo interlocutor jaguarense de 15 anos: “a ponte é uma oportunidade de interação entre duas culturas diferentes, é possível perceber a influência tanto na língua quanto na cultura”. A partir dos questionários realizados na escola particular Nelson Wortmann na cidade de Jaguarão/Brasil, com alunos[4] em média de idade de 15

[2] M.B., Estudante, moradora de Jaguarão-RS/Brasil, questionário realizado em janeiro de 2019.
[3] M.C.G., Professor aposentado, morador de Jaguarão-RS/Jaguarão, entrevista realizada em novembro de 2013.
[4] Aqui não foram identificados por tratar de menores de idade.

anos foi possível perceber que a Ponte Internacional Mauá tem um significado mais espontâneo [5] para jovens brasileiros, significando, por exemplo, um lugar de travessia, comércio, troca cultural. Eles mencionam a língua, o lazer e a visita a familiares do outro lado. Efetivamente, a interação comercial e social permeia a sociedade fronteiriça há décadas.

Dessa forma, para esse grupo, o importante é o vivido no momento. Por isso, em muitos dos seus relatos sobre a ponte, esta representa um lugar de integração cultural e troca comercial. Enfim, a Ponte Internacional Mauá vai intensificar este sentimento de integração, através da experiência do cotidiano na fronteira entre dois países, embora coexistam faixas etárias diferentes de interlocutores.

A ponte evocada nas memórias da população rio-branquense é de um momento marcado pelo início do desenvolvimento local. Rio Branco, em contraste com a vizinha brasileira, que na década 1930 vivia ainda o apogeu de desenvolvimento urbano iniciado na segunda metade do século anterior, tem seu desenvolvimento inicial impulsionado pela instalação da ponte. Assim, ela aparece nas lembranças da comunidade como início de grandes possibilidades para uma cidade com poucos recursos, conforme relata o interlocutor L.A.A.L[6]. (2018): "em dezembro de 1930 novos fatores de progresso se incorporaram na vida de Rio Branco com a Ponte Internacional Barão de Mauá".

Desse modo, a ponte, como um espaço social, articula a dimensão do cotidiano de travessia, e se apresenta como lugar de vários significados nas narrativas memoriais, para gerações diferentes. Ou seja, constatamos que a percepção dos jovens destaca o elemento estético, ressaltando a beleza, a arquitetura, o patrimônio, como espaço de convivência, como espaço cultural, ao passo que a geração de seus pais e avôs percebe a ponte no sentido de progresso que teria trazido, onde as cidades são vistas como complementares.

A população fronteiriça constrói o discurso do passado através das memórias, mesmo que distintas em um determinado momento, acabam tendo um ponto em comum que é a ponte. Assim, o tempo e espaço da ponte proporcionam à população desta fronteira brasileiro-uruguaia relações sociais ativadoras de (e

[5] Espontâneo referente à forma como eles relatam sua relação com a ponte, as experiências vivenciados hoje, isto é, não fazem relação com o contexto histórico da região da fronteira.
[6] L. A. A. L., Entrevista realizada com um morador da cidade de Rio Branco/ Uruguai, Professor aposentado. Entrevista concedida a Fatiane Fernandes Pacheco em abril de 2018.

permeadas por) memórias, naquele sentido proposto por Assamann (2011, p.11), ao afirmar que a "memória cultural é constituída por heranças simbólicas materializadas em textos, ritos, monumentos, celebrações, objetos, escrituras sagradas e outros suportes mnemônicos que funcionam como gatilhos para acionar significados associados ao que passou".

As relações de afetividade respeitantes ao lugar (ponte), desenvolvidas pelos indivíduos ao longo do tempo, acumularam-se paulatinamente em ambos os lados da fronteira, deixando, assim, esta valorização do passado para gerações seguintes, ao passo que as gerações mais novas estão buscando no presente essa valorização do espaço fronteiriço. Aliás, este status diferenciado que os moradores locais conferem a essa fronteira está em relação com o fator tempo e com seus usos na vida diária. A ponte aparece, assim, nas diferentes temporalidades históricas do presente.

As interações afetivas provocam na população motivações individuais e estas representam somente um fragmento da totalidade, pois os indivíduos interagem construindo significações a partir de motivações singulares que se transformam em sistemas de signos dentro de uma coletividade. Essas representações de ambos os lados da fronteira, em relação à ponte, partem de uma valorização do passado, transformam-se em uma narrativa, podendo ser reconhecida por uns e por outros não, pois partem de uma motivação individual e apresentam apenas um fragmento de uma totalidade.

A população fronteiriça constitui e reconstitui sua identidade a partir de fatos relevantes, de raízes do passado, mas também do presente, que são culturalmente construídos ao longo dos anos. Desse modo, a população jaguarense e riobranquense percebe a Ponte Internacional Barão de Mauá como um instrumento memorável, significativo e necessário na interação do grupo no espaço. A ponte harmoniza a convivência de diferentes gerações ao mesmo tempo, isto faz com que alguns indivíduos relembrem um tempo que não foi vivido por muitos que compartilham aquele o mesmo espaço.

A partir dessas considerações podemos iniciar uma discussão entorno da construção e reconstrução da identidade dessa população da fronteira. Partimos do pensamento Kalina Vanderlei Silva e Maciel Henrique Silva autores do Dicionário de Conceitos Históricos (2005, p. 202), a identidade é um sistema de representações

que permite a construção do "eu", ou seja, permite ao indivíduo se tornar semelhante a si mesmo e diferente dos outros.

Neste sentido, tem-se a definição de identidade pessoal. Já a identidade cultural seria a partilha de uma mesma essência entre diferentes indivíduos. Para Candau (2016), ao afirmar que identidade é algo social, entende que ela se desenvolve nas interações entre sujeitos, nas trocas de informações e nas relações próximas (família, amigos e religião), assim como nos contextos em que está inserido. Esse conjunto de fatores influenciará na identidade do sujeito.

Considerando tal pensamento, Castels (1999, p. 22- 23) conclui que "a construção de identidades vale-se da matéria-prima fornecida pela história, geografia, biologia, instituições produtivas e reprodutivas, pela memória coletiva e por fantasias pessoais, pelos aparatos de poder e revelações de cunho religioso". Assim ressalta que todos esses materiais "são processados pelos indivíduos, grupos sociais e sociedades, que reorganizam seu significado em função de tendências sociais e projetos culturais enraizados em sua estrutura social, bem como sua visão de tempo/espaço".

A população jaguarense e rio-branquense possuem características locais e únicas comparadas com o restante de seus países, elas se identificam pelo compartilhamento de significações e representações culturais que são particulares dessa fronteira Brasil - Uruguai, que são intensificadas pela ponte. Como relata a interlocutora C.M.B.F[7]. (2019) "yo recuerdo del puente cuando veniamos de la arrozera hacer compras todos los meses con mis padres y mi hermano que era chico, yo lo pasaba en mis brasos y dijo que iba a jugar en el agua yo tenía 11 años y él 10 años", essa recordação da infância da interlocutora está marcada pelo cotidiano da população local, que se beneficia com as trocas económicas que a fronteira proporciona.

Denys Cuche (1999, p. 176) aborda a relação entre a cultura e o conceito de identidade. Segundo o autor, os termos cultura e identidade têm uma grande ligação: o primeiro "depende em grande parte de processos inconscientes", enquanto o segundo "remete a uma norma de vinculação, necessariamente consciente, baseada em oposições simbólicas" – deste modo a identidade só pode ser entendida

[7] C.M.B.F., Questionário a partir do formulário online do Google realizado em janeiro de 2019, morador de Rio Branco/Uruguai.

num contexto relacional. Segundo o autor, somente o contexto relacional "poderia explicar porque, por exemplo, em dado momento tal identidade é afirmada ou, ao contrário, reprimida". Para ele, a identidade cultural está relacionada à questão da identidade social, visto que o indivíduo é caracterizado por identificadores sociais que o permitem localizarse em um sistema social, como menciona:

> A identidade social é ao mesmo tempo inclusão e exclusão: ela identifica o grupo (são membros do grupo os que são idênticos sob um certo ponto de vista) e o distingue dos outros grupos (cujos membros são diferentes dos primeiros sob o mesmo ponto de vista). Nesta perspectiva, a identidade cultural aparece como uma modalidade de categorização da distinção nós/eles, baseada na diferença cultural (CUCHE, 1999, p. 176).

Assim, destaca-se a natureza social da identidade, caracterizada pela diferença cultural. A área de fronteira é um espaço social que fomenta as diferenças culturais, mas que também as aproxima. A integração da fronteira faz com que a população jaguarense e rio-branquense tenha um sentimento de compartilhamento de práticas culturais no seu cotidiano.

> A construção da identidade se faz no interior de contextos sociais que determinam a posição dos agentes e por isso mesmo orientam suas representações e suas escolhas. Além disso, a construção da identidade não é uma ilusão, pois é dotada de eficácia social, produzindo efeitos sociais reais (CUCHE, 1999, p. 182).

A partir desse pensamento, pode-se compreender a identidade como uma prática social, sendo marcada por uma temporalidade e pelo espaço, ou seja, os grupos constroem e reconstroem suas práticas culturais por meio das interações culturais, mas também por identificação.

Assim, destaca-se a natureza social da identidade, caracterizada pela diferença cultural. A área de fronteira é um espaço social que fomenta as diferenças culturais, mas que também as aproxima. A integração da fronteira faz com que a população jaguarense e rio-branquense tenha um sentimento de compartilhamento de práticas culturais no seu cotidiano.

> A construção da identidade se faz no interior de contextos sociais que determinam a posição dos agentes e por isso mesmo orientam suas representações e suas escolhas. Além disso, a construção da identidade não é uma ilusão, pois é dotada de eficácia social, produzindo efeitos sociais reais (CUCHE, 1999, p. 182).

A partir desse pensamento, pode-se compreender a identidade como uma prática social, sendo marcada por uma temporalidade e pelo espaço, ou seja, os grupos constroem e reconstroem suas práticas culturais por meio das interações culturais, mas também por identificação.

A população fronteiriça é confrontada diariamente com inúmeras influências, aquelas vindas de ambos os lados, mas também aquelas outras advindas da globalização mundial. Logo, a população da fronteira se vê constantemente na contingência de se adaptar às influências decorrentes da globalização que de alguma acaba atingindo a todos. Entre essas, podemos citar algumas dessas como: linguísticas, econômicas, socioculturais e políticas.

A vida nas cidades de Jaguarão e Rio Branco, fronteira Brasil-Uruguai, é marcada pela interação cultural proporcionada pela Ponte Internacional Barão de Mauá. O intercâmbio econômico e cultural agenciado pela ponte faz com que ela seja intensamente vivenciada pela população fronteiriça no seu cotidiano, como um elo entre as culturas – uma ligação carregada de afetividade, como também de uma dimensão estética, sendo assim o lugar representa para esses moradores a construção de muitos significados.

CONCLUSÕES

A ponte Mauá entre duas cidades vizinhas desempenha um papel crucial na formação e reforço da identidade dessas comunidades. Ao longo deste texto, exploramos a relevância desse patrimônio para a conexão cultural, econômica e social entre as cidades envolvidas. Concluímos que a Ponte Mauá é muito mais do que uma simples estrutura física que liga duas áreas geográficas; ela é um símbolo da interdependência e coexistência entre as cidades, bem como um reflexo de sua história compartilhada e aspirações comuns.

Ela representa um espaço de encontro e interação entre a população das duas cidades, proporcionando oportunidades para o diálogo e a cooperação. Ela facilita o movimento de pessoas, mercadorias e ideias, contribuindo para o crescimento econômico de ambas as cidades. Além disso, a ponte requentemente se torna um ponto de referência icônico que as pessoas identificam como parte integrante de sua paisagem urbana.

A importância da Ponte Internacional Mauá na identidade das cidades também é evidente na maneira como ela é frequentemente utilizada como propaganda em celebrações, festivais e eventos culturais. Ela serve como um local simbólico de unidade e solidariedade, onde as diferenças são deixadas de lado em prol de um propósito comum. A própria arquitetura da ponte pode incorporar

elementos que refletem a cultura, a história e os valores das cidades, tornando-a um monumento cultural vivo.

No entanto, é importante notar que a manutenção da ponte não são isentas de desafios políticos, econômicos e sociais. Questões de financiamento, jurisdição, segurança e regulamentação muitas vezes surgem e podem impactar a relação entre as cidades. Portanto, é fundamental que as comunidades envolvidas continuem a dialogar e colaborar para garantir que a ponte seja um símbolo de união e não de divisão.

Em suma, a relevância da ponte Internacional Mauá para a identidade das duas cidades é inegável. Ela não só facilita a conectividade física e econômica, mas também nutre um senso de pertencimento e cooperação entre as comunidades que compartilham a fronteira. À medida que essas cidades evoluem e se adaptam ao mundo em constante mudança, a ponte permanece como um lembrete tangível de sua história e um farol de esperança para um futuro compartilhado.

REFERÊNCIAS

ASSMANN, Aleida. **Espaços da recordação: formas e transformações da memória cultural.** Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2011.

CANDAU, Joel. **Memória e identidade**. São Paulo: Contexto, 2016.

CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em rede - a era da informação: economia, sociedade e cultura.** 5. ed. V.2, São Paulo: Paz e Terra, 1999

CUCHE, Denys. **A noção de cultura nas ciências sociais**. Bauru, Edusc, 1999.

"Dossiê de Tombamento: **A Ponte Barão de Mauá**". Brasília. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Dossie_ponte_barao_de_maua.p df, Acesso em: 25 maio de 2016.

MARTINS, Roberto Duarte. **A ocupação do espaço na fronteira Brasil Uruguai: a construção da cidade de Jaguarão.** Tese. (Doutorado em Histórias Especializadas) – Universidade Politécnica da Catalunha, 2001.

SANTOS, Ivana Morales Peres dos. **Direito Internacional e Gestão Pública do Patrimônio Cultural Transnacional ou de Fronteira: Estudo do caso da Ponte Internacional Barão de Mauá enquanto Patrimônio Cultural do Brasil, do Uruguai e do MERCOSUL.** 2017, 171f. Dissertação (Mestrado em Memória Social e Patrimônio Cultural) – Universidade federal de Pelotas, Pelotas, 2017.

SILVA, Kalina Varderlei; SILVA, Maciel Henrique. **Dicionário de Conceitos Históricos.** 2 ed., São Paulo: Contexto, 2005. p. 202-205.

A FRONTEIRA, A CIDADE E O PATRIMÔNIO CULTURAL: UMA REFLEXÃO SOBRE A DINÂMICA TRANSFRONTEIRIÇA BINACIONAL

Maria de Fátima Bento Ribeiro

Naiara Souza da Silva

> Minha literatura é brasileira; mas, antes gaúcha. Isso quer dizer que, mesmo em português, faz-se um pouco uruguaia nos temas e na amplitude geográfica.
>
> *Aldyr Garcia Schlee, Linha divisória, 2015.*

O ano de 2011 é um momento que entra na história de Jaguarão, pois registra o tombamento em nível nacional do centro histórico e seu entorno pelo Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional (IPHAN), somado ao tombamento da Ponte Internacional Barão de Mauá que liga a cidade, no estado do Rio Grande do Sul, Brasil, ao Uruguai, Departamento de Cerro Largo no município de Rio Branco, como primeiro bem tombado pelo Mercado Comum do Sul (MERCOSUL).

Essa escolha da Ponte tem como justificativa o reconhecimento de um bem cultural para além-fronteiras como importante fator para integração regional. A portaria MERCOSUL/CMC/DEC. n. 55/12 do Conselho do Mercado Comum que institui a categoria do Patrimônio Cultural do MERCOSUL aponta para o reconhecimento de bens culturais que:

> a. manifeste valores associados a processos históricos vinculados aos movimentos de autodeterminação ou expressão comum da região perante o mundo; b. expresse os esforços de união entre os países da região; c. esteja diretamente relacionado a referências culturais compartilhadas por mais de um país ou região; d. constitua fator de promoção da integração dos países com vistas a um destino comum (MERCOSUL/CMC/DEC. n. 55/12).

A categoria do Patrimônio Cultural do MERCOSUL amplia o debate ao valorizar os bens e as referências dos processos históricos e culturais compartilhadas entre países de diferentes nacionalidades. Ela registra também a

força da cultura e do patrimônio como elemento de atração que podem se converter em *soft power*, já que, como explica Cristofoletti (2017), "um exemplo de transformação de produtos culturais em soft power é a importância da cultura e da preservação dos patrimônios mundiais" (p. 15).

Cristofoletti (2017), ao analisar o uso do patrimônio cultural para fins comerciais e políticos afirma que "o patrimônio desempenha um papel mais importante na diplomacia cultural, elevando o status de mera estratégia diplomática da relação de boa vizinhança em uma elaborada tática de soft power em diferentes países do globo" (p. 20).

Varine (2013) explica que o patrimônio é um recurso para o desenvolvimento. Em suas palavras, "o patrimônio, sob todas as suas formas, mas, sobretudo, em sua globalidade, é atualmente reconhecido, implícita ou explicitamente, como um recurso para o desenvolvimento" (VARINE, 2013, p. 32).

Nessa perspectiva, a ponte construída sobre o Rio Jaguarão, entre 1927 e 1930, ligando as cidades de Jaguarão e Rio Branco, foi a primeira obra erguida entre os países da região com a finalidade de aproximá-los de forma política, econômica e cultural. Segundo o sociólogo uruguaio Enrique Mazzei (2013), as cidades que estão ligadas pelo Rio Jaguarão e separadas pela ponte – que é local mais fácil para o controle público binacional –, carregam uma história e uma memória da formação do país, de suas fronteiras, do MERCOSUL, formando um acervo cultural de significados, já que o espaço comporta uma infinidade de discursos, expressiva diversidade cultural e cenários que revelam um movimento e uma dinâmica em que redes são construídas em meio a sociabilidades e tensões.

A fronteira nem sempre se revelou como um espaço de integração. No passado, posterior ao período entre a guerra de 1801, na Europa, herdou conflitos da rivalidade entre as monarquias de Portugal e Espanha cujos reflexos incidiram nas suas colônias na América, ao sul do continente, territórios estes que viriam a ser o Brasil, o Uruguai e a Argentina, estendendo-se com relação específica a Jaguarão.

Jaguarão foi criada como núcleo de defesa em 1802. E ao passar trinta anos, em 1832, a Vila Homônima transforma-se em município, elevando-se à categoria de cidade em 1855, com base econômica na produção do charque. A cidade recebeu o título de "Cidade Heroica" do Imperador Dom Pedro II em 1865, pela luta da defesa do território (cf. CUSTODIO, 2017). Esse título, de acordo com Cunha (2012), destaca ação dos moradores na defesa da cidade, uma "resistência de seus moradores ao ataque dos "blancos" ocorrido em 27 de janeiro de 1865, no quadro da guerra contra Aguirre" [grifo do autor] (p.168).

Desde os tempos de sua evolução de vila até município, a influência uruguaia na organização do cotidiano e na produção dos sentidos é materializada como, por exemplo, na história dos *blancos* e *colorados* uruguaios que se manifestavam na narrativa política local, principalmente nas disputas entre Republicanos (Chimangos) e Federalistas (Maragatos).

Interessante destacarmos que a cidade de Rio Branco no Uruguai, era anteriormente Vila Uruguaia de Artigas, nome que perdurou até 1915. Vejamos um registro da carta do missionário Thomas Aquinas Schoenaers[1] sobre essa troca de nomes e o contexto da época da cidade:

> Jaguarão: nossa cidade missionária é situada às margens do rio Jaguarão, que divide o Brasil do Uruguai. Também tem prósperas charqueadas e um porto muito concorrido, graças à sua localização frente a vila uruguaia de Artigas (Nota: nome que perdurou até 1915, quando passou a ser Rio Branco, em homenagem ao Barão homônimo que, em nome do Governo Brasileiro, em 1908 firmou o Tratado de Condomínio das águas da Lagoa Mirim e do Rio Jaguarão). Seu comércio é muito importante, o que haverá de conduzi-la, no futuro, a ser uma das mais prósperas do nosso Estado. Jaguarão do ponto de vista estratégico é a principal posição da fronteira sul do Brasil e, por essa condição, sedia uma forte guarnição militar (SCHOENAERS, 1904, p. 07).

José Gervasio Artigas, nasceu em 19 de junho de 1764, em San Felipe de Montevidéu, é considerado um dos fundadores de Montevidéu, um "herói" do seu processo de independência. Em 1856, Irineu Evangelista de Souza, Visconde de Mauá, natural de Arroio Grande, instala na Vila Artigas, o Banco Mauá, o mesmo visconde que terá seu nome registrado na Ponte Internacional.

[1] Missionário da ordem dos Premonstratenses, conhecida como nobertinos (de São Norberto), traz um relato do cotidiano por meio da fronteira do Brasil com Uruguai no início do século XX, entre os anos de 1901 e 1904.

A cidade de Jaguarão, localizada na fronteira sul do Brasil, é assim considerada ao longo dos tempos como um local estratégico na defesa do território, e não é por acaso que sua ocupação do espaço começa com a guarnição militar. A marca militar sempre esteve presente e foi "fator determinante para a consolidação da cidade, marcando fortemente seus aspectos territoriais" (IPHAN, Dossiê, 2015, p. 31). Também, "ao mesmo tempo em que o Rio Jaguarão (que nesse trecho delimita a divisão política entre os dois países) oferecia proteção, o relevo permitia a observação da movimentação militar naquele território a partir dos postos militares instalados nos Cerros" (IPHAN, Dossiê, 2015, p. 31).

Giorgis (2012), em sua obra sobre os militares na cidade de Jaguarão, chama atenção para a importância da cidade no processo de consolidação das fronteiras meridionais do Brasil, ao afirmar que "Jaguarão teve um papel destacado na manutenção do nosso 'status' fronteiriço, já que sua posição barra uma das vias de acesso sul-norte ao nosso território" [grifo do autor] (s.p).[2] Ele ainda complementa escrevendo que "o Brasil não tem problemas de fronteira com o Uruguai desde a independência em 1828" (GIORGIS, 2012, s.p). A fronteira do Brasil com Uruguai foi demarcada com base no Tratado de Limites entre Brasil e Uruguai em 1851.

Os acordos realizados com Uruguai em 12 de outubro de 1851 e em 30 de outubro de 1909, com a retificação dos limites na Lagoa Mirim feita pelo Barão de Rio Branco com o Tratado da Lagoa Mirim, "foi nosso último acordo de fronteira" (GOES FILHO, 2013, p. 131). O Barão do Rio Branco, patrono da diplomacia brasileira, enfatizava que seu trabalho era "contribuir para a união e a amizade entre os países sul-americanos" (LAFER, 2009, p. 51).

Ao se referir à linha de trabalho de Rio Branco para a política externa brasileira, Lafer (2009) destaca que "trabalhar para a união e a amizade entre os países sul-americanos – o que significa, em primeiro lugar, empenhar-se na construção da paz na América do Sul – passou a ser uma constante, uma 'força profunda', da política externa brasileira" [grifo do autor] (p. 52).

[2] Personalidades históricas ligadas ao Exército que viveram em Jaguarão como o Marechal Manoel Luís Osório e o Brigadeiro Antônio de Sampaio, respectivamente, patronos da Cavalaria e Infantaria do Exército Brasileiro. A cidade também abrigou os oficiais-generais Carlos Resin, Astrogildo Pereira e Plínio Pitaluga, e o coronel Bento Gonçalves da Silva (cf. CUNHA, 2012).

Segundo Telles Ribeiro (2011), paz é a base para o diálogo internacional:

> se uma das finalidades mais insistente proclamadas de política externa de todos os países é contribuir para a preservação da paz mundial através do fortalecimento de mecanismos de compreensão mútua, cabe indagar: existirão melhores instrumentos para estimular a compreensão mútua do que o apoio a um ativo de intercâmbio cultural? O caminho da paz não passaria pelas grandes vias de conhecimento mútuo trilhadas pelos homens, independente das fronteiras que o separam? (RIBEIRO, 2011, p. 34).

A ponte pode ser considerada uma metáfora na relação com o tempo e com o espaço, e no caso de ser o primeiro bem do MERCOSUL, tem um significado para as políticas de integração, ao destacar união e reconhecimento de um processo compartilhado ao longo dos anos entre países que, no passado, estiveram em conflito e, no presente, dispõe de uma relação fraterna. A fronteira, assim, apresenta esse caráter de integração simbolizado pela Ponte e ratificado pelos acordos e tratados.

A região da fronteira entre o Brasil e o Uruguai é um espaço que tem marcas de uma cultura compartilhada e de uma convivência pacífica entre os dois países, ambas reverberadas nas manifestações do cotidiano de seus moradores, nos seus diferentes hábitos, na produção artística e nos eventos compartilhados. Um calendário binacional de cultura foi editado destacando essas manifestações que ocorrem entre as cidades fronteiriças.

A última ocorrência de a fronteira ser parcialmente bloqueada sob o controle do Estado foi na pandemia da Covid-19, em 23 de março de 2020. Antes, no dia 19 de março de 2020, o governo brasileiro decretou o fechamento das fronteiras com os vizinhos da América do Sul, como medida de proteção e propagação do coronavírus; a portaria restringiu a entrada no território brasileiro para os seguintes países: Argentina, Bolívia, Colômbia, Guiana Francesa, Paraguai e Peru, e as fronteiras com o Uruguai ficaram fora dessas restrições. O fechamento parcial com a fronteira com o Uruguai foi decretada alguns dias depois, em 23 de março daquele ano (RIBEIRO, 2022, p. 46).

No passado, a relação era tensionada pelos conflitos e pelas disputas constantes na fronteira. Ao narrar um batizado realizado em 1902, por exemplo, o

Padre Aquinas (1904) menciona esses conflitos do viver a fronteira, como um palco de luta pelo território. Em suas palavras, "os homens vinham armados dos pés a cabeça. Habitando junto à fronteira, os sentimentos de inimizade entre brasileiros e uruguaios manifestam-se semanalmente em fatos concretos" (SCHOENAERS, 1904, p. 127). Aqui, a carta pode ser considerada um documento sob a forma de narrativa que acompanha o desenrolar do cotidiano da cidade a partir do olhar estrangeiro e religioso do missionário.

Esse vínculo traz na memória uma relação com o Uruguai na constituição dos sentidos que são produzidos nos espaços da fronteira e no movimento da memória. A distância e a dificuldade de chegar às capitais do país facilitaram, também, o contato com o país vizinho, marcado por uma cultura de matriz espanhola. A estrada de ferro ligava a estação de Nico Perez a Montevidéu, outra conexão importante, que, no presente, tornam-se experiências mantidas e reverberadas como diferentes formas de organização do próprio cotidiano. A língua, instrumento de comunicação, é reinventada em forma híbrida entre o português e espanhol, chamado como portunhol[3] – "a própria língua é demarcadora dessa fronteira" (MONTENEGRO, 2010, p. 36).

A poesia, a música e a literatura são meios de expressão que narram a experiência de viver no espaço-fronteira. Há uma programação cultural com saraus artístico-literários, com eventos que destacam a cultura latino-americana como o *Esquinas del Sur*[4] e o documentário a *Casa do Rio*,[5] este mostra uma casa construída na margem do Rio Jaguarão com relatos de histórias da fronteira Brasil com Uruguai, e o outro trata-se de uma ação cuja perspectiva traz tradições musicais latino-americanas, alimentadas por matrizes populares que denunciam a exploração e as opressões, bem como um chamam à resistência em diferentes conjunturas políticas.

[3] De acordo com o Inventário Nacional da Diversidade Linguística – INDL, de 2010, novo instrumento utilizado para o reconhecimento e valorização das línguas portadoras de referência à identidade, memória dos grupos formadores no Brasil, atualmente, são faladas cerca de 210 línguas. Os grupos indígenas falam cerca de 180 línguas e as comunidades de descendentes imigrantes, cerca de 30 línguas. Pelo menos, duas línguas de sinais de comunidades surdas, línguas crioulas e práticas linguísticas diferenciadas nas comunidades remanescentes de quilombos (IPHAN, 2012, p. 25).

[4] Para maiores informações acessar ao *site*. Fonte: Disponível em: <https://unipampa.edu.br/jaguarao/evento-cultural-esquinas-del-sur>. Acesso em 29/09/2023.

[5] Documentário dirigido por Luiz Alberto Casso (2021).

As ruas retilíneas da cidade e sua arquitetura são reveladoras do tamanho hibridismo, dessa mescla da cultura portuguesa e espanhola, e não é por acaso que a cultura platina própria da região pampeana é tão presente, fazendo parte de um processo histórico e cultural "o traçado viário da cidade, demasiadamente retilíneo se comparado ao das cidades coloniais brasileiras – decorre, possivelmente, da forte influência espanhola em seu desenvolvimento" (IPHAN, [s.d]).[6]

Sérgio Buarque de Holanda (1995), no livro *Raízes do Brasil*, justamente escreve sobre o traçado retilíneo dos centros urbanos na América Espanhola e salienta que "não é por acaso que ele impera decididamente em todas as cidades espanholas, as primeiras cidades 'abstratas' que edificaram europeus em nosso continente" [grifo do autor] (p. 93).

Nesse caminho, o Programa de Revitalização Integrada de Jaguarão de 2005, chamava atenção para os imóveis na cidade. Vejamos um fragmento:

> a cidade de Jaguarão tem uma memória arquitetônica invejável, sem similar em número e estado de conservação no Rio Grande do Sul. Um grande patrimônio de construções da segunda metade do século XIX e início do século XX, com exemplares de várias linguagens.[7] Um acervo que merece o cuidado da preservação como um todo (2005, p. 13).

A arquitetura da cidade faz parte do roteiro da Costa Doce que é uma promoção da arquitetura para o desenvolvimento do turismo cultural. Devido às características singulares de seu patrimônio, a cidade recebe ao longo dos anos, visitas de estudos dos mais diferentes cursos de graduação. É uma prática recorrente desde 1928, e durante a construção da Ponte Internacional, por

[6] IPHAN. [s.d]. Jaguarão/RS. Fonte: Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/393/>. Acesso em: 05/09/2023.

[7] "O inventário do Patrimônio Arquitetônico (UFPEL/IPHAN, 1987) classificou as tipologias existentes em: Tradicional luso-brasileira ou colonial (1800-1850). Eclético historicista (1850-1940); Neocolonial (a partir de 1920) e Moderno (a partir de 1950). Ao todo, foram registradas cerca de 800 edificações de interesse à preservação. Deste grupo, o maior conjunto construído na área central da cidade é formado pelas decoradas edificações residências com características ecléticas, com suas grandes portas entalhadas. Algumas delas resultam da reestruturação das fachadas ou de interiores de exemplares que originalmente foram construídos com características da arquitetura tradicional luso-brasileira. Refletem a riqueza e o desenvolvimento econômico por que passou a cidade que iniciou com atividade pastoril e comercial, passou pelo ciclo charqueador, sempre desempenhando funções estratégicas no campo político e de defesa da fronteira" (CUSTODIO, 2009, p. 71).

exemplo, acadêmicos do curso de engenharia de Porto Alegre/ RS, visitaram as obras de construção, conforme registra Alan Melo (2018), em sua tese.

> Em 1928, empresa que estava construindo a Ponte Internacional Barão de Mauá, Kemnitz & Cia. Ltda dirigiu-se ao Presidente do Estado do RS, Dr. Getúlio Vargas, por meio do senhor Edgar Costa, membros da firma, convidando professores (descritos como lentes) e alunos da escola de engenharia de Porto Alegre para acompanharem as obras em andamento. Esclarece que as despesas com transporte e alimentação correriam por conta da empresa (MELO, 2018, p. 175).

Jaguarão, ao longo das décadas, continuou recebendo visitas técnicas para estudos referentes ao seu patrimônio: o centro urbano, o Teatro Esperança, as Ruínas da Enfermaria Militar, remanescente arquitetônico da antiga enfermaria, todos tornaram-se frutos de artigos científicos, monografias, dissertações e teses. Na cidade, surgem projetos para a valorização do patrimônio cultural que buscam o patrimônio como forma de desenvolvimento local.

Notamos que a ampliação do conceito de patrimônio em que há a valorização dos grupos formadores e o debate do patrimônio cultural com a inclusão do patrimônio imaterial – festas, músicas, danças, saberes e fazeres – teve ressonância na cidade. No caso da noção do Patrimônio Cultural brasileiro, a ampliação e o reconhecimento da existência de bens culturais de natureza material e imaterial estão presentes desde a Constituição Federal de 1988, nos artigos 215 e 216, estabelecendo formas de preservação como o registro e o inventário.

As histórias e as memórias coletivas dos diferentes grupos formadores são destacadas no MERCOSUL. O de matriz africana tem reconhecimento com a escolha da Serra da Barriga com bem cultural que remete à história e à memória dos escravizados e sua resistência. Na cidade, por exemplo, o projeto AFROTU: roteiro afro-religioso, apoiado pelo Edital Cultura na Fronteira 2020, destaca os territórios negros e a forte presença da religiosidade de matriz africana.

Nas correspondências do Padre Thomas Aquino (1901), em sua observação do cotidiano da cidade em 1901, a presença dos negros era destacada:

> A irmandade do Rosário, exclusivamente composta de negros, realizou sua grande festa no último Domingo do ano, dia 29 de dezembro. Já oito dias antes das festividades, grande número de negros desfilavam pelas ruas com suas melhores roupas, encabeçadas pelo corpo musical e sob a bandeira de

> Nossa Senhora do Rosário, batendo de porta em porta e arrecadando contribuições em dinheiro para custear despesas com a festa. Porque ser menos que os brancos, que, por sua vez festejam a Páscoa e Nossa Senhora da Conceição, não, isso não! Música, foguetes, bombas, procissão, tal qual os brancos, isso eles também terão, E tiveram tudo, no dia 29 de dezembro. Toda a procissão foi integrada por negros: as crianças em volta da imagem do Menino Jesus de Praga, meninas com a imagem de Nossa Senhora do Rosário, jovens com a imagem de São Raimundo de Pennaforte, homens vestindo longas togas vermelhas, portanto lanças e lampiões. No meio deles, vi um que teve uma das mãos decepadas durante a última revolução e eu carregava uma lanterna apoiada no osso à mostra do braço esquerdo. Toda a multidão de cabelo encarapinhado, olhos cintilantes, dentes alvos, vestindo roupas elegantes, brancas, vermelhas, azuis, formando um cortejo, para mim, pitoresco, verdadeiramente original, eis que sou um noviço em festas organizadas por gente de pele negra. O que mais me impressionou e estimulou meu sorriso era a expressão de satisfação própria, a afirmação da própria grandeza, representadas nas negras feições dos festivos participantes (SCHOENAERS, 1901, p.71).

A irmandade do Rosário era uma das formas de participação dos afrodescendentes nos ritos religiosos da igreja católica, predominante na América Latina. No cotidiano das cidades, as procissões ocupavam as ruas como forma de integração dos negros, uma mescla de religião e lazer representados pela festa, com a experiência da união e da solidariedade do grupo no pós-abolição. De acordo com Santos (2018), "inspiradas na organização medieval das corporações e misteres, as irmandades negras permitiram também uma afirmação étnica-identitária" (p. 06).

Além da questão religiosa, a narrativa apresentada aponta para a organização da festa, da música, do trabalho.[8] O Padre registra também a tensão, as divisões e as desigualdades ao se referir ao direito de igualdade entre negros e brancos, como forma de registro dos acontecimentos pós-abolição, apontando para as mudanças que ocorriam nesse início de século.

A matriz de cultura africana é representada pela primeira vez nos órgãos oficiais com o tombamento do Clube 24 de Agosto pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Estadual (IPHAE). O Carnaval é outro destaque no município que, recentemente, recebeu o reconhecimento de Patrimônio Imaterial a nível

[8] Fragmento da carta: "aqui, mais da metade da população é negra e descendente de escravos, que, no Brasil a partir de 1888, conquistaram sua liberdade. A maioria deles pertence à classe trabalhadora e temos alguns exemplos a nosso serviço. O cozinheiro e o servente do Colégio são negros, de compleição forte e na flor dos anos. São bons trabalhadores" (SCHOENAERS, 1901, p. 69).

municipal. O patrimônio cultural de uma sociedade é também fruto de uma escolha, que, no caso das políticas públicas, tem a participação do Estado por meio de leis, instituições e políticas específicas (cf. IPHAN, 2012, p. 14).

Fonseca (2005) explica que "tendo em vista o caráter dinâmico e ativo de qualquer apropriação social. Apenas quando esse aspecto é devidamente incorporado à política estatal é que se pode falar em uma política pública" (p. 45). No Brasil, no dia 04 agosto de 2000, criou-se o decreto n. 3551, destinado ao registro de bens de natureza imaterial e o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial.[9]

Importante destacarmos que o registro se efetiva por meio dos seguintes Livros:

> Livro de Registro dos Saberes – para a inscrição de conhecimentos e modos de fazer enraizados no cotidiano das comunidades;
>
> Livro de Registros das Celebrações – para rituais e festas que marcam a vivência coletiva do trabalho, da religiosidade, do entretenimento e de outras práticas da vida social;
>
> Livro de Registro das Formas de Expressão – para o registro das manifestações literárias, musicais, plásticas, cênicas e lúdicas; e
>
> Livro de Registro dos Lugares – destinado à inscrição de espaços como mercados, feiras, praças e santuários, onde se concentram e reproduzem práticas culturais coletivas (IPHAN, 2012, p. 23).

Em 2003, a Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial traz o reconhecimento do patrimônio imaterial, apontando para "novas formas de ver, pensar e ser" (HOOKS, 2019, p. 21). Fazer a crítica cultural também com relação à preservação do patrimônio é revelador na ampliação do conceito ao incluir o imaterial, tornando mais democráticas as ações de preservação. Citando Hooks (2019), "abriu-se espaço para a educação voltada à consciência crítica, que

[9] São registrados como patrimônio imaterial brasileiro: Ofício das Paneleiras de Goiabeiras, do Espírito Santo; a Viola de Cocho, do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul; o Ofício da Baiana de Acarajé; a Arte Kusiwa - Pintura Corporal e Arte Gráfica Wajãpi, do Amapá, o Samba de Roda no Recôncavo Baiano; o Círio de Nazaré, de Belém do Pará; Jongo no Sudeste; Cachoeira de Iauaretê - Lugar Sagrado dos Povos Indígenas dos Rios Uaupés e Papuri; Feira de Caruaru, Frevo, Tambor de Crioula; Matrizes do Samba no Rio de Janeiro: Partido Alto, Samba de Terreiro e Samba-enredo; Modo de Fazer Queijo de Minas, nas regiões do Serro e das Serras da Canastra e do Salitre; Roda de Capoeira; Ofício dos Mestres de Capoeira; Modo de Fazer Renda Irlandesa produzia em Divina Pastora (SE); Toque dos Sinos de Minas Gerais e Ofício de Sineiros.

poderia servir como uma pedagogia da libertação tanto na academia quanto na sociedade em geral" (p. 21).

Dessa maneira, surgindo novas redes de preservação, o patrimônio é um campo que pode incluir prédios, ruas, literatura, cartas etc., e com a valorização do patrimônio imaterial, no sentido de reconhecer os diferentes grupos sociais e buscar projetos que garantam um desenvolvimento local e melhorias nas condições de vida econômica, social e cultural, há a esperança de um espaço mais democrático, inclusivo das ações sociais e ambientais em uma cidade que é destacada pela beleza do seu espaço urbano e paisagístico em que ganha destaque uma cultura fronteiriça singular de quem está e vive na fronteira.

PALAVRAS FINAIS

A cidade de Jaguarão, fronteira do Brasil com Uruguai, na atualidade, é marcada pela força da cultura que se manifesta no cotidiano, pelas políticas públicas que reconheceram o seu acervo material e imaterial que forma o rico patrimônio cultural da fronteira.

Os esforços em conjunto para o desenvolvimento de projetos de cooperação, na sua maioria, são fomentados pela Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA, *campus* Jaguarão), com o destaque ao Curso de Graduação de Gestão do Turismo, um espaço que, semestralmente, produz projetos aplicados que contemplam a temática do patrimônio cultural e estimulam opções empreendedoras na área do turismo e na gestão do patrimônio.

A cultura, por fim, tem um papel fundamental em nosso meio. A paz internacional que é o objetivo de toda política externa e tão necessária, pode ser alcançada a partir de estudos e de reflexões que tragam temáticas até então pouco discutidas. O mundo, neste momento, após a devastadora crise sanitária, dentre outros acontecimentos políticos, passa por caminhos de transformações com o surgimento de novas forças econômicas que apresentam novas perspectivas na ordem internacional. A cultura, *soft power,* nessa direção, pode ser uma linha de trabalho a ser seguida para além da utopia e do imaginário, pois como bem pontua Schlee (2015), nos temas e na amplitude geográfica, a união, o reconhecimento e a valorização entre as partes faz toda a diferença.

REFERÊNCIAS

CHRISTOFOLETTE, Rodrigo (Org.). **Bens culturais e Relações Internacionais**: O Patrimônio como espelho do soft power. Santos: Editora Universitária Leopoldianum, 2017.

CUNHA, James Bolfoni da. **Jaguarão e os militares**. Dois Séculos na Fronteira. Porto Alegre: Evangraf, 2012.

CUSTÓDIO, Luiz Antônio. **Roteiros de Arquitetura da Costa Doce do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre. Editora Sebrae, 2009.

GIORGIS, Luiz Ernani Caminha. Prefácio da obra. In: CUNHA, James Bolfoni da. **Jaguarão e os militares**. Dois Séculos na Fronteira. Porto Alegre: Evangraf, 2012.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O Patrimônio em processo**: trajetórias da política federal de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: Editora UFRJ: MINC-IFHAN, 2005.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

GOES FILHO, Synesio Sampaio. **As fronteiras do Brasil**. Brasília: FUNAG, 2013.

HOOKS, Bell. **Anseios**: raça, gênero e políticas culturais. São Paulo: Elefante, 2019.

IPHAN. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Ponte Internacional Barão de Mauá**: dossiê de candidatura: Patrimônio Cultural do Mercosul – PCM. Brasília: IPHAN, 2015.

IPHAN. **Patrimônio cultural Imaterial**: para saber mais. 3 ed. Brasília, DF: IPHAN, 2012.

IPHAN. Jaguarão/RS. Fonte: Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/393/>. Acesso em: 05/09/2023.

IPHAN. MERCOSUL/CMC/DEC. n° 55/12. Fonte: Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Decis%C3%A3o%20MERCOSUL.pdf>. Acesso em: 05/09/2023.

LAFER, Celso. **A identidade internacional do Brasil e a política externa brasileira**: passado, presente e futuro. São Paulo: Perspectiva, 2009.

MAZZEI, Enrique. **Fronteras que nos unen y limites que nos separan**. Imprenta CBA: Uruguai, 2013.

MELO, Alan Dutra. **A Sociedade Recreação Familiar Jaguarense (1851-1881) e o Clube Jaguarense (1881-1975)**: Entre a história e a memória na fronteira do sul em Jaguarão RS. 2018. 266f. Tese (Doutorado em Memória Social e Patrimônio Cultural) - Instituto de Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural, Universidade Federal de Pelotas. 2018.

MONTENEGRO, Antônio Torres. **História oral e memória**: a cultura popular revisitadas. São Paulo: Contexto, 2010.

OLIVEIRA, Ana Lúcia Costa de; SEIB, Maurício Borges. **Programa de Revitalização Integrada de Jaguarão**. Pelotas: Editora Universitária UFPEL, 2005.

RIBEIRO, Edgar Telles. **Diplomacia cultural seu papel na política externa brasileira**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011.

RIBEIRO, Maria de Fátima Bento. Fronteiras, geopolítica e relações internacionais. **Intellector**. Ano XVIII. Volume XIX. n. 37. Janeiro/junho, 2022.

SANTOS, Vagner José Rocha. **A irmandade do Rosário dos Pretos do Pelourinho**: História da Fé, (Re) Existência e comida. X COPENE. Uberlândia/MG.

SCHOENAERS, Thomas Aquinas. **Três Anos no Brasil**. Educat, Pelotas, 2003.

SCHLEE, Aldyr Garcia. **Linha Divisória:** contos. Porto Alegre: Ardotempo, 2015.

SOARES, Eduardo Alvares de Souza; FRANCO, Sérgio da Costa. (Orgs.). **Olhares sobre Jaguarão**. Porto Alegre: Evangraf, 2010.

VARINE, Hugues. **As raízes do futuro**: o patrimônio a serviço do desenvolvimento local. Porto Alegre: Medianiz, 2013.

HISTÓRIA, GÊNERO E RELIGIÃO: A TRAJETÓRIA DE MINERVINA CAROLINA CORRÊA.

Suellen Ribeiro Medeiros[1];

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa foi fruto do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) de História da Universidade Federal do Pampa – campus Jaguarão (extremo sul do Rio Grande do Sul). Nesta perspectiva, este estudo surgiu com o intuito de propiciar um olhar reflexivo e indagador sobre uma mulher de cunho extremamente representativo para cidade de Jaguarão. São inúmeras as observações e histórias que circulam entre os moradores desta cidade sobre a figura de Minervina Carolina Corrêa (temática central do estudo). Dito isso, cabe frisar que abordamos nesta pesquisa a intrínseca relação entre essa encantadora mulher e a Igreja que a mesma fundou intitulada: Igreja Matriz da Imaculada Conceição.

Alguns fatores foram predominantes para a escolha desta temática, entre eles: a própria inquietação oriunda da comunidade jaguarense que efervesceu durante o Curso de Licenciatura em História, através do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), cujo enfoque versava sobre a Educação Patrimonial. Dessa forma, mediante a aplicação de questionários aos alunos do Instituto Estadual de Educação Espírito Santo (escola que era parceira do projeto) houve o interesse e/ou curiosidade sobre diversos bens patrimoniais desta cidade, dentre eles: a Igreja da Minervina (popularmente assim denominada). Naquele momento, o levantamento de dados sobre a Igreja foi de responsabilidade da autora deste estudo, logo, com o passar do tempo afloraram outras indagações a respeito do tema, não só pela carência e/ou ocultação das fontes, mas também pela necessidade do registro histórico para posteriores estudos e apreciações.

Por este ângulo, outro ponto crucial neste estudo foi à constatação da ausência e/ou quase inexistência de trabalhos que analisassem a história da Minervina. Fato este, impulsionou a pertinência deste trabalho, principalmente, para comunidade jaguarense. Sendo assim, o objetivo principal desta pesquisa foi a análise da trajetória de vida de dona Minervina Carolina Corrêa perpassando a tríade: história, gênero e a religião.

[1] Mestra em Educação pela Universidade Federal do Pampa – Campus Jaguarão. sukar.medeiros@gmail.com

Com relação ao gênero, para Silva (2008) os estudos sobre essa temática só têm valor significativo à medida que, desnaturalizando as desigualdades, colaborem para uma efetiva transformação nas relações entre homens e mulheres, equalizando as relações. Em se tratando da religião para Nunes

> Ao adentrarmos uma das muitas igrejas ou templos que se espraiam nesse Brasil de religiosidade plural e forçadamente ecumênico, notamos de imediato a forte presença feminina. As mulheres compõem, de fato, a maioria da população de fiéis. 'Em nome de Deus', tornam-se ativistas, freiras, obreiras, pastoras, bispas, mães-de-santo, políticas (...). (ROSADO-NUNES, 2005, p.364)

Nesse sentido podemos perceber que essas instituições controlaram e, por vezes ainda controlam a vida de muitas mulheres, no caso de Minervina Carolina Corrêa, segundo sua sobrinha bisneta[2], Minervina se considerava praticamente uma freira, bem como, uma obreira da Igreja católica por seus feitos, porém, muitas pessoas religiosas a considerariam hoje, assim como na época uma pecadora devido à lenda que a cerca, logo, isso demonstra o poder de influência que a religião tem na vida das pessoas.

Os objetivos específicos do trabalho foram verificar a importância das ações de dona Minervina Carolina Corrêa para a comunidade católica jaguarense; problematizar o contexto, no qual Minervina construiu a capela (particular), bem como, sua transição para Igreja Matriz Imaculada Conceição; discutir a visão da sociedade a respeito da mesma, no que tange a lenda que a envolve, por meio da apreciação dos relatos orais, dos blogs, do traslado do divórcio, etc. Nesse sentido

> (...) a história oral, ao se interessar pela oralidade, procura destacar e centrar sua análise na *visão* e *versão* que dimanam do interior e do mais profundo da experiência dos atores sociais. (LAZANO, 1998, p.16)

Desse modo, "o homem não é um ente natural que faz história, ele é história faz-se na história e como história - é um ente histórico" (FIORI, 1991, p.84).

Dentre a bibliografia que serviu de aporte teórico e metodológico para esta pesquisa nos respaldamos em: Ginzburg (1989), Perrot (1992), Perrot (2005)

[2] Dona Norma Echevarria foi entrevistada pela pesquisadora no dia 31-11-2014 na cidade de Bagé, em sua residência, logo, trazemos. no decorrer do texto peculiaridades da vida de dona Minervina, através dos relatos de sua sobrinha bisneta.

[2] Disponível na Cúria de Porto Alegre.

Thomson (1997), Silva (2008), Lemieszek (2010), entre outras. Ainda sobre as fontes utilizadas para este trabalho foram utilizados os relatos orais de pessoas que possuem lembranças de dona Minervina, seja por parentesco ou por algum outro tipo de identificação. Em especial, citamos a dona Norma. Também utilizamos como fonte a fotocópia do livro tombo da Igreja e a cópia da solicitação do divórcio[3] efetuada por dona Minervina Carolina Corrêa contra seu marido Custódio Vieira de Castro. Além disso, analisamos alguns sites e blogs citadinos ou não, que falam de forma muito sucinta e, em sua maioria, mais especificamente da lenda que envolve Minervina Carolina Corrêa e a construção da Igreja Matriz da Imaculada Conceição.

DESENVOLVIMENTO

Neste espaço apresentamos a composição familiar da Minervina e do Custódio. Famílias estas que seriam unidas através de laços matrimoniais e rapidamente se separariam por questões que a família esmerou-se por guardar em sigilo. Dedicamos também parte deste trabalho, para a problematização sobre a construção da "Capela da dona Minervina", bem como, para analisar a passagem desta, para a Mitra, momento em que, esta torna-se Igreja Matriz da Imaculada Conceição. Por fim, tecemos problematizações sobre o imaginário que envolvendo a lenda e Minervina Carolina Corrêa, assim como, a solicitação de divórcio contra seu marido.

A FAMÍLIA

A Jaguarense Minervina Carolina Corrêa nasceu[4] no dia 07 de fevereiro de 1861 e faleceu no dia 06 de fevereiro de 1954. Minervina é filha de Faustino João Corrêa[5] e Maria Carolina Corrêa[6]. Ainda na cidade de Jaguarão, no dia 22 de janeiro de 1883, teríamos o registro do casamento de Minervina Carolina Corrêa. Desse modo, aos 21 quase 22 anos, Minervina casou-se com Custódio Vieira de Castro, este na época estava com 37 anos.

[3] Disponível na Cúria de Porto Alegre.
[4] Informação presente na fotocópia do livro tombo da Igreja Matriz da Imaculada Conceição.
[5] Faustino Corrêa nasceu no dia quinze (15) de novembro de mil oitocentos e quinze (1815) no Taim (Rio Grande do Sul). Informação disponível em: http://gw.geneanet.org/valdenei?lang=pt;pz=valdenei+correa;nz=silveira;ocz=0;p=faustino+joao;n=correa.
[6] Maria Carolina Corrêa nasceu por volta do ano de mil oitocentos e vinte (1820) na cidade de Santa Vitória do Palmar (Rio Grande do Sul). Informação disponível em: http://gw.geneanet.org/valdenei?lang=pt;pz=valdenei+correa;nz=silveira;ocz=0;p=maria+carolina;n=correa

Custódio Vieira de Castro era filho de Domingos Vieira de Castro e Clara de Souza Reis, ele nasceu no dia 02 de janeiro de 1846 na cidade de Rio Grande, no Rio Grande do Sul. Ainda nesta cidade foi batizado no dia 24 de junho do mesmo ano. Custódio faleceu em Rio Grande aos 62 anos de idade.

Tanto a família de dona Minervina, quanto à família de Custódio tinham grande prestígio na sociedade jaguarense, assim como no cenário político da região. No entanto, no século XIX e no início do século XX, na grande maioria das vezes o casamento era "arranjado" pelas famílias para somar riquezas, para adquirir visibilidade política, etc. Logo, não era cogitado nem reconhecido pela sociedade e pelas instâncias religiosas, em hipótese alguma, o divórcio.

Assim sendo, para a Igreja o matrimônio é algo divino que daria origem a composição familiar baseada na tríade; pai, mãe e filhos. Dessa forma, as lideranças religiosas reafirmavam por seus ensinamentos, que o homem era o chefe da casa e, portanto, a mulher devia servi-lo.

Nessa perspectiva, para Perrot (2005, p. 464), "(...) o que é recusado às mulheres é a palavra pública. Sobre ela pesa uma dupla proibição, cidadã e religiosa (...). Restaurar a ordem é impor silêncio às mulheres". Entretanto, ao analisarmos a desenvoltura de dona Minervina na sociedade jaguarense, o que se percebe é o oposto, ou seja, ela conseguiu dar visibilidade ao sexo feminino através de seus posicionamentos não ficando submissa à dominação do sexo masculino, algo ainda presente nos dias de hoje, ela foi além dos ideais pregados para as mulheres de sua época.

A IGREJA

Para muitos jaguarenses a construção da Igreja estaria liga a uma possível lenda, que problematizaremos mais adiante, no que tangencia o imaginário de Minervina. Dito isso, cabe salientar que embora tenhamos utilizado outras fontes, nos valemos para falar sobre a Igreja da fotocópia do livro tombo da Igreja. Vale registrar que falamos em fotocópia do livro tombo, pois, na época da escrita do TCC em determinada parte da cópia tem um registro afirmando que o original foi emprestado em 2007 para uma pesquisa. Dessa maneira, não sabemos precisar se o livro tombo original já se encontra na Igreja ou se segue somente a cópia do mesmo. Lembramos ainda, que na época, também não tínhamos certeza se a

fotocópia estava disponível em sua totalidade, uma vez que não havia paginação e, por vezes, parecia não seguir uma lógica sequencial.

Data a pedra fundamental da Igreja no ano de 1903, sendo ali solenizada a primeira missa no dia 07 de fevereiro do mesmo ano, com a autorização do Santo Padre, concedida em audiência especial no Vaticano, para o lançamento de sua pedra. A construção da capela ficou sob a responsabilidade de Joaquim Lino de Souza[7]. A Igreja foi planejada e construída por Minervina Carolina Corrêa que aqui residia e que, posteriormente, deixaria seu legado em obras aos necessitados e também em construções, em prol do catolicismo na região. Ainda sobre essa cerimônia há um registro na fotocópia do livro tombo, enfatizando que Minervina teria convidado a população da cidade, bem como, a de Artigas (Uruguai), para assistir à missa, no dia acima citado e para participar da cerimônia de colocação da pedra da Capela de Nossa Senhora da Conceição[8], que seria realizada no dia 08 de dezembro de 1903.

Segundo dona Norma Echevarria, Minervina Carolina Corrêa era muito religiosa e, aproximadamente no ano de 1903 Minervina teria feito parte da primeira Peregrinação Católica que foi à "Terra Santa". Ela teria viajado por diversos lugares como o Saara, Israel, etc; assim como, teria andado por toda a Europa. Dona Norma afirmou que praticamente todos os anos ela ia a Europa, sempre acompanhada de uma sobrinha. Dessa maneira, a avó de Norma, dona Maria Joaquina, teria ido acompanhar Minervina e, em uma dessas viagens Maria Joaquina teria ficado com dona Minervina, três meses em Paris.

Antigamente era bastante comum a troca de cartas, até porque este era o principal meio de comunicação da época. Para Perrot (2008), a correspondência é um gênero bastante feminino, essas epístolas circulariam pela própria parentela. Desse modo, a carta seria uma forma de sociabilidade e de expressividade feminina, permitida, recomendada ou até mesmo tolerada. Sobre estas correspondências, em 1904 Minervina Carolina Corrêa escreveu do Rio de Janeiro para a sua afilhada Faustina que se encontrava em Jaguarão. No bilhete postal Minervina expressava

[7] Construtor de muitos casarões da cidade e da Igreja Matriz Imaculada Conceição. Informação disponível da tese de Roberto Duarte Martins. MARTINS, Roberto Duarte. A OCUPAÇÃO DO ESPAÇO NA FRONTEIRA BRASIL-URUGUAY: A CONSTRUÇÃO DA CIDADE DE JAGUARÃO. Barcelona, 2001

[8] Essa capela mais tarde viria a ser a Igreja Matriz da Imaculada Conceição.

sua lembrança e saudade pela cidade, já que se aproximava o dia oito (08), dia do aniversário de colocação da pedra da Capela. Minervina declarava ainda seu anseio de ver a capela concluída nos "mesmos moldes" da Igreja de São Cristóvão, localizada na cidade do Rio de Janeiro e, para a realização desse desejo Minervina contava muito com sua fé. Resulta que a composição da Igreja Matriz Imaculada Conceição muito lembra a igreja, que a mesma idealizava. A sagração da Capela ocorreu no dia 07 de fevereiro de 1912.

. Referindo-se aos detalhes e particularidades da construção da capela, dona Norma revela que quase todos os mármores da Igreja seriam oriundos da Itália. Com relação aos altares laterais, recorda-se, que um seria erguido em homenagem aos pais de Minervina, e o outro seria uma homenagem dedicada a um irmão que faleceu bastante jovem, e que seria extremamente adorado por Minervina.

Além disso, dona Norma enfatiza que Minervina era uma pessoa muito positiva e quando queria algo não desistia facilmente, inclusive teria sido muito custoso para Minervina fazer a Igreja e trazer a imagem da santa, porém, sua dedicação e perseverança teria tornado seu sonho realidade. A sobrinha bisneta de Minervina acredita que seria um prêmio, para Minervina mesmo depois de idosa, conseguir entregar "a sua Igreja" para Mitra ainda em vida.

Na visão da sobrinha bisneta de Minervina sobre a mesma, ela teria um grande entrosamento com toda a cúpula da Igreja devido sua religiosidade, ao ponto de assistir à missa, quando ia à Roma na capela particular do Papa, segundo dona Norma esse fato está registrado, através de um cartão postal que está em sua posse.

Enquanto capela particular, por várias décadas, a Igreja era aberta somente para convidados e festividades da família de dona Minervina. Esta situação não era muito rotineira, mas viria a se tornar, tão logo Minervina resolvesse entregar a paróquia a Mitra. Esses trâmites foram bastante intensos, com exigências de ambos os lados. Nesse sentido, em conversas trocadas por cartas entre o bispo de Pelotas Antônio Zattera, no ano de 1952 e o Padre Otávio fica evidente, que o bispo trata com certa prudência a possibilidade da capela de dona Minervina tornar-se uma "paróquia", no intuito de "não destruir a outra já muito antiga e tradicional" (palavras retiradas fielmente da correspondência). Essa outra seria a Igreja Matriz do Divino Espírito Santo.

Desse modo, para a possível paróquia tornar-se realidade o bispo compreendia que seria indispensável, a doação da casa ao lado da Igreja, bem como, um patrimônio que garantisse o sustento do pároco sem depender de outros ganhos. Contudo, o bispo acreditava que dona Minervina conseguisse cumprir com essas exigências e, tivesse condições suficientes de financiar uma bolsa de estudos garantindo a formação perpétua para um sacerdote.

A partir de um decreto que "atenderia às necessidades espirituais" de Jaguarão, município composto na época por mais de dezesseis mil habitantes ficava estipulado que seria desmembrada da paróquia, Divino Espírito Santo, a nova paróquia da "Imaculada Conceição". Neste decreto ainda, a Imaculada Conceição ganha à concessão de MATRIZ, fato este que lhe concede vários direitos canônicos.

Também, há uma delimitação do território que pertenceria à paróquia Imaculada Conceição. Ao procurar saber mais sobre essa delimitação, em conversa realizada com padre Hamilton Centeno, o mesmo esclareceu que é uma delimitação geográfica, no qual a paróquia Imaculada ficaria responsável pelas comunidades (capelas) do em torno e segundo relata, também pelas pessoas, isto é, pelo que diz havia um estranhamento entre as pessoas que frequentavam uma ou a outra Matriz, ou ambas. Ainda na visão do padre, um pouco desse estranhamento dá-se de um fundo cultural, ou seja, há uma dualidade bastante representativa em nosso município, tais como: clube de pobre, clube de rico, clube de negros, igreja de pobre, igreja de rico, etc. No entanto, em se tratando da delimitação geográfica, essa não se restringe a Jaguarão.

Segundo a fotocópia do livro tombo da Igreja, no dia 07 de fevereiro de 1953, houve uma grande festa comemorativa referente aos 50 anos do lançamento da primeira pedra da Igreja Imaculada Conceição, também se celebrou os 4 anos de sagração da mesma. Outro motivo para festejar esta data, seria a posse do pároco Octávio Gurgel e do vigário cooperador da paróquia, Angelo Gurgel. Ainda se comemorou os procedimentos favoráveis à criação da paróquia Imaculada Conceição. Nesse dia também se deu graças ao 92º aniversário da fundadora da Igreja. A missa festiva foi oficiada por Dom Antônio Zattera, houve 92 primeiras comunhões, em ação de graças pelo aniversário de dona Minervina.

No dia 09 de fevereiro de 1953 Dom Antônio Zattera encaminha um mandamento salientando que seja executado fielmente o decreto já citado, de

desmembramento das paróquias. Contudo, o mesmo estabelece o prazo máximo de 06 meses para a criação da paróquia, a contar da data deste mandamento. Outro ponto elencado por Zattera refere-se ao Código do Direito Canônico, (Can. 1415), ou seja, uma importância não inferior de quinhentos mil cruzeiros (na época), como fundo perpétuo para o sustento digno dos sacerdotes que trabalhariam na paróquia, e também para a manutenção dos cultos. Outros pontos levantados por Zattera foram: a respeito da doação da casa pegada à Igreja, (propriedade de Minervina), para uma possível residência canônica e, a aquisição do terreno nos fundos da Igreja, que após a sua construção receberia o nome de "Salão Paroquial Minervina Corrêa". Ainda neste documento, Zattera adianta que Minervina deve receber uma homenagem de gratidão por benfeitoria.

No dia 29 de julho de 1953, às 09 horas e 30 minutos foi realizada a missa de congratulação a dona Minervina Carolina Corrêa, no belo altar mor da matriz dessa Igreja. Nessa missa ele recebeu uma medalha de ouro (formato de cruz) e um pergaminho do bispado. Segundo dona Norma, ela teria entrado de braços com sua tia bisavó para esta cerimônia. Ao findar a missa, os mais próximos dirigiram-se para a casa da Minervina (futura Casa Paroquial) para a entrega do cheque de número 637542 do Banco da Província do Rio Grande do Sul contendo a importância já solicitada por Dom Antônio Zattera.

Dona Minervina faleceu no dia 06 de fevereiro de 1954, as vésperas de completar mais ano de vida. Minervina teria o desejo de ser sepultada na Igreja que construíra, porém, assim que ocorreu o falecimento não foi possível obter essa licença das autoridades sanitárias para o imediato sepultamento na Igreja. Isso só ocorreu anos depois. Segundo dona Norma, após o tempo estabelecido pelas autoridades sanitárias para transportar os restos mortais de sua tia bisavó para a Igreja, algum padre ou alguns não queriam que a mesma fosse sepultada na Igreja, pois este local seria destinado somente para religiosos. Independente destes embates, os restos mortais de dona Minervina foram para a Igreja. Além disso, segundo a sobrinha bisneta de Minervina, esta faria parte de uma congregação na França e, inclusive teria sido enterrada com o "hábito de freira", visto que, isso era um dos desejos de dona Minervina.

O IMAGINÁRIO SOBRE A MINERVINA E A SOLICITAÇÃO DE DIVÓRCIO

A construção da Igreja aparece nas narrativas como uma forma de pagar uma promessa. Logo, em muitos contos predomina a ideia que dona Minervina Carolina Corrêa sentindo-se pecadora por seu envolvimento com seu cunhado teria mandado erguer uma Igreja, ao lado de sua casa, pois, como era de costume para a época a moça precisava ser "pura". Desse modo, o pretendente de Dona Minervina teria desconfiado desta pureza, de tal maneira que teria devolvido sua pretendente.

Minervina assim como sua família era muito religiosa, entretanto, o que contam é que depois de vir a público a suposta traição, ela teria sido barrada de entrar na "Casa de Deus", isto é, ela teria sido proibida de entrar na Igreja Divino Espírito Santo. Sendo assim, ela teria construído sua própria Igreja, conhecida pelo povo Jaguarense como "Igreja ou Capela da dona Minervina".

Normalmente as abordagens são bastante semelhantes, todavia, trazemos aqui uma muito diferente denominada como: "O Fantasma da Torre Minervina"[9]. O fantasma surgia às sextas-feiras por volta, da meia-noite em agosto de 1962. Era um vulto branco que percorria o muro lateral da Igreja, ele desaparecia e surgia de novo em outro local, contornando a marquise da torre. Um dos primeiros a presenciar essa possível assombração teria sido um brigadiano, que estava concluindo sua pacata ronda ciclística e, teria levado um grande susto. Dali em diante, o comentário é que mais e mais pessoas começaram a ver esse tipo de aparição, no mínimo uma vez por semana, todavia, o fantasma possivelmente configurava-se na fraca iluminação daquele tempo. As lâmpadas do tipo doméstico eram escassas, as árvores da rua General Osório projetavam grandes sombras que, aliadas à neblina que caia lentamente, criavam um clima de suspense.

Através desses e de muitos outros relatos percebemos que tanto Minervina Carolina Corrêa quanto a igreja Matriz da Imaculada Conceição perpassaram o imaginário não só de nós jaguarenses, mas também de inúmeras regiões próximas. Embora, não exista uma única versão para essa lenda podemos dizer que protagonista é sempre a mesma, dona Minervina, e o seu objeto para esse protagonismo também se mantém imutável, a Igreja. Ainda sobre as narrativas

[9] Informação disponível em: http://confrariadospoetasdejaguarao.blogspot.com.br/2013/06/o-fantasma-da-torre-minervina.html. Acessada no dia 16/12/2014 às 22h 10min. Essa lenda também foi publicada na Coluna Gente Fronteiriça do Jornal Fronteira Meridional em 29/05/2013.

envolta da Minervina surgem outras verões, muito similares a primeira apresentada, porém, o que modifica às vezes é a figura do cunhado com a de um peão, mas o teor da lenda se mantém praticamente o mesmo. Muito dessas histórias são passadas de geração em geração pela oralidade sendo disseminadas nas redes de comunicação (internet).

É importante salientar que nas histórias coletadas há sempre presente uma perspectiva que liga dona Minervina à benevolência. Dessa maneira, os relatos problematizam que Minervina fora uma mulher riquíssima e desde nova muito caridosa trabalhando pelos necessitados e pela religião. Ela seria tão benemérita, que teria emprestado seu nome ao estádio de futebol, onde três clubes da primeira divisão de amadores do Rio Grande do Sul disputavam títulos: o Cruzeiro, o Jaguarão e o Navegantes.

Além disso, ela teria ajudado a erguer outras igrejas, entre elas: a Catedral São Francisco de Paula em Pelotas. Também teria colaborado em 1950 com a quantia de cinquenta mil cruzeiros (moeda da época) para construção do Pavilhão de Tuberculosos "Faustino João Corrêa" na Santa Casa de Caridade de Jaguarão, nomenclatura utilizada em homenagem a seu pai, um dos fundadores e benfeitores da Instituição. Durante toda sua vida, Minervina teria investido parte de seu dinheiro em obras de caridade e de auxílio à comunidade. É interessante pensarmos como esses discursos são construídos na memória dos indivíduos. Nesse sentido, para Halbwachs:

> (...) as memórias são construídas por grupos sociais. São os indivíduos que lembram, no sentido literal, físico, mas são os grupos sociais que determinam o que é memorável, e também o que será lembrado (HALBWACHS, 2000, p. 70).

Na medida em que os grupos sociais forjam os indivíduos, conforme seus interesses e crenças, dentro de uma sociedade ainda intrinsecamente machista podemos refletir sobre os conflitos sociais, pessoais e religiosos que a personagem acima citada se deparou ao longo de sua vida.

Em se tratando sobre a solicitação de divórcio a principal fonte explorada para a análise desse foi o traslado[10] que está disponível para acesso no arquivo da Cúria de Porto Alegre. Em julho de 1883 começou o processo de divórcio entre Minervina Carolina Corrêa e Custódio Vieira de Castro. O escrivão do auditório Eclesiástico era João Antunes Salles, o juiz era o Monsenhor João Peixoto de Miranda e Veras e o advogado da autora era Joaquim Affonso Alves. Logo nas primeiras páginas é possível perceber que Custódio Vieira de Castro seria citado na primeira audiência deste Juízo, e em caso de revelia ou de recusar-se a depor corria o risco de ser considerado confesso em todo o articulado. Da mesma forma, seria marcado o dia, hora e lugar para a inquirição das testemunhas arroladas no caso. Dona Minervina solicitou que fossem expedidas cartas precatórias de inquirição sobre os artigos do libelo[11], sendo transcritas para a cidade de Jaguarão, Pelotas e para a vila (na época) de Santa Vitória. No libelo do divórcio

> (...), constavam as acusações feitas ao réu; o pedido de separação; a questão da divisão dos bens; no entanto, raramente havia um pedido de pensão alimentícia. Ficavam, nesse texto, explicitadas as qualidades da mulher, a falta de motivos dados por ela para as ações e as injúrias do marido assim como as dificuldades enfrentadas por ela no momento da separação. Registrava-se também que a proponente da causa agia de acordo com sua própria vontade, sem dolo, culpa ou malícia, nem por influência de terceiros. (SOARES, 2006, p. 68)

Nesse sentido, Minervina acima de qualquer coisa, tinha a intenção de que a ação de divórcio fosse um mecanismo que zelaria pela sua integridade perante a sociedade jaguarense, e também aos arredores, na medida em que Minervina solicita que sejam expedidas cartas precatórias para outras regiões. Ainda nessa perspectiva, essa solicitação eclesiástica de Minervina Corrêa contra seu marido Custódio Vieira de Castro, além de provar para a sociedade que ela seria uma mulher honrada, também seria uma forma de "prestação de contas" para a

[10] Traslado (modelo ou cópia exata de um documento). De acordo com as informações de uma funcionária do arquivo, o divórcio estaria na Cúria do Rio de Janeiro, ela inclusive disse que poderia ter outra cópia, pois, parece que dona Minervina teria a intenção de que este fosse solicitado até mesmo em Roma, através do Vaticano.

[11] O Libelo, além de apresentar as causas do pedido de divórcio, também tinha como norma ser assinado pelo proponente e por seu procurador legal. Na maioria dos casos, este era proposto pela mulher, a necessidade da constituição de representante legal era condição indispensável para que se desse prosseguimento ao processo. Era, através dele, que a parte demandada tinha, obrigatoriamente, que dar ciência ao Tribunal do conhecimento do processo em que, em última análise, era tido como réu. O ato de dar conhecimento ao réu cabia ao Tribunal na figura do Oficial de Justiça. Informação disponível em: SOARES, Ubirathan Rogerio. Os processos de divórcio perpétuo nos séculos XVIII e XIX: entre o sistema de alianças e o regime da sexualidade. Porto Alegre, 2006

Instituição religiosa. Ambiente extremamente imbricado na vida de Minervina. Da mesma forma, entre as provações elencadas por Minervina em nenhum momento ela oculta que viveu bons momentos com Custódio, até o ponto em que este teria começado a tecer difamações e calúnias a sua pessoa. Da mesma forma, mesmo quando questionada sua honestidade por parte do réu, ela não escondeu que outros rapazes se interessaram por ela, seja antes de ser pretendente do Custódio, seja até mesmo depois. Sendo assim, acreditamos que Minervina se valeu desse artifício para reafirmar sua retidão, ou seja, o casamento com Custódio foi uma "opção" em sua vida, logo, não teria motivos para o réu desconfiar da mesma.

A partir dos depoimentos das testemunhas e das provações de dona Minervina podemos compreender que Minervina queria provar sua dignidade e honradez. Portanto, na perspectiva dessa, as acusações tecidas por Custódio são difamações infundadas que poderiam denegrir sua imagem. Por outro lado, ao refletirmos sobre a lenda que envolve Minervina e seu cunhado, podemos pensar que a população, na época se valeu desses boatos (segundo Minervina) para a composição da mesma.

CONCLUSÕES

Diante do exposto acreditamos que dona Minervina Carolina Corrêa era extremamente solicita para a sociedade jaguarense e arredores, na medida em que realizava a doação de altas somas de sua riqueza em projetos de assistencialismo como por exemplo: para ajudar a erguer capelas, para auxiliar obras hospitalares, angariar prestígio e dinheiro para campeonatos, entre outros fatores que marcam sua benevolência para a comunidade.

Por este ângulo, certamente a maior contribuição dessa mulher para essa cidade foi à doação da Igreja, a casa ao lado, que hoje serve de morada para padres e, o terreno no fundo da Igreja, que hoje é um salão paroquial, tudo isso para o uso público e não mais privado como era a ideia inicial na época de sua construção.

Nessa perspectiva, sua atitude de doar todo esse terreno, de maneira alguma apagou a forte relação de dona Minervina com essa Igreja, essa relação está estampada na grade bem na frente da porta principal, onde consta suas iniciais, o "M" e o "C". Outras características que a representam são o seu túmulo no interior da Igreja, os altares laterais para a sua família e, há quem diga ainda, que a imagem

da santa no altar principal seria sua própria representação. Podemos elencar ainda própria titulação de Matriz que essa Igreja recebeu através dos feitos e trâmites religiosos conseguidos por dona Minervina Corrêa.

A personalidade marcante de Minervina Carolina Corrêa se expressa na fala de sua própria sobrinha bisneta, que insistentemente afirmava que sua tia bisavó não desistia facilmente das coisas que almejava. A persistência de Minervina para época em que viveu poderia ser considerada um "problema", pois, a voz ativa era vinculada ao sexo masculino restando ao feminino à condição da passividade. Logo, Minervina Carolina Corrêa foi uma figura que desafiou os preceitos "pré-estabelecidos" pela sociedade de sua época e, desse modo sofreu as consequências, na medida em foi incompreendida por alguns, como por exemplo, o seu pretendente Custódio Vieira de Castro. Por outro lado, ela teve respaldo e aceitação de muitas outras pessoas, algo bastante evidente nas falas das testemunhas sobre sua reputação no processo de divórcio.

Através da análise dos relatos percebemos que perpassa no imaginário popular uma lenda em que, na maioria dos relatos Minervina teria se relacionado com seu cunhado, antes mesmo de casar com Custódio Vieira de Castro, porém, nesta está subentendido que a mesma, não teria contraído o matrimônio com o noivo, pois, o mesmo teria a devolvido para a sua família, devido ao feito da moça, porém, sabemos que ocorreu sim o casamento entre Minervina Carolina Corrêa e Custódio Vieira de Castro. Da mesma forma, nas lendas relatadas não há qualquer indício de divórcio. Nesse sentido, embora se trate de uma lenda e, por esse motivo não tenha uma única versão estanque, o que permanece evidente nestas versões é a forte ligação da dona Minervina com a Igreja Matriz da Imaculada Conceição.

Na ação movida por dona Minervina Carolina Corrêa contra seu marido Custódio Vieira de Castro percebemos que a mesma solicita o divórcio, na medida em que, seu esposo teria espalhado difamações afetando a reputação da mesma. Minervina alega nesse processo que seu esposo e alguns conhecidos do mesmo teriam profanado inúmeras calúnias a seu respeito e, que estes boatos teriam se espalhado por Jaguarão e pelas cidades vizinhas. Nessa perspectiva, a mesma elenca inúmeras provações para justificar seu pedido de divórcio.

Não foi possível constatar pelo documento se a mesma conseguiu ou não o divórcio, uma vez que ele finda com o depoimento das testemunhas, mas, através

do relato de dona Norma, a mesma declara que Minervina se casou e se separou, por isso, acreditamos que esse processo possa ter findado com uma sentença favorável a Minervina.

Este estudo foi muito prazeroso, mas também bastante dificultoso, devido a escassez das fontes e/ou negação das mesmas. Entretanto, acredito que esse trabalho sirva com subsídio para outras pesquisas, assim como instrumento para que a oralidade se perpetue através do registro histórico dessa personagem.

REFERÊNCIAS

FIORI, Ernani. Maria. Textos Escolhidos. V.II: **Educação e Política**. Porto Alegre: L&PM, 1991.

GINZBURG, Carlo. O nome e o como. In: **A micro-história e outros ensaios**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

HALBWACHS, Maurice apud BURKE, Peter. História como memória social. In: **Variedades de História Cultural**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

LAZANO, Jorge Eduardo Aceves. Práticas e estilos de pesquisa na história oral contemporânea. In: **Usos & Abusos da História Oral**/Janaína Amado e Marieta de Moraes Ferreira, coordenadoras. – Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1998.

LEMIESZEK, Martha de Leão. **O Imaginário em torno de Minervina Carolina Corrêa, de Jaguarão/RS,** 2010. Trabalho de Conclusão de Curso (graduação em história), Porto Alegre: PUCRS.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da História: operários, mulheres e prisioneiros**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

PERROT, Michelle. Figuras e papéis. In: ARIES, Philippe; DUBY, Georges (Orgs.). **História da vida privada: da Revolução à Primeira Guerra.** V.4. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

PERROT, Michelle. **As mulheres ou os silêncios da história**. trad. V. Ribeiro. Bauru-SP: Edusc, 2005.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**/ Michelle Perrot; tradução Angela M. S. Corrêa – 1. ed. 1ª reimpressão – São Paulo: Contexto, 2008.

ROSADO-NUNES, Maria José. Gênero e Religião. **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis, v.13, n.2, p.363-365, 2005.

SILVA, Tânia Maria Gomes da. TRAJETÓRIA DA HISTORIOGRAFIA DAS MULHERES NO BRASIL. **POLITEIA: Hist e Soc. Vitória da Conquista**. Vol8. 2008. Disponível em:http://periodicos.uesb.br/index.php/politeia/article/viewFile/276/311.

SOARES, Ubirathan Rogerio**. Os processos de divórcio perpétuo nos séculos XVIII e XIX: entre o sistema de alianças e o regime da sexualidade**,2006. Tese (Doutorado) – Fac. de Filosofia e Ciências Humanas Porto Alegre, PUCRS.

THOMSON, Alistair. Recompondo a memória: questões sobre a relação entre a história oral e as memórias. **Revista Projeto História**. São Paulo, EDUC, n.15, p.51-71,1997

VACARIA DO MAR: EXPLORANDO O TERRITÓRIO MINUANO/GUENOA

Tiara Cristiana Pimentel Dos Santos[1];

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem por objetivo compreender, como se deu o desenvolvimento da Vacaria do Mar, através das diversas linhas de proposição existentes na contextualização destes espaços, sendo elas, entre portugueses, espanhóis, indígenas e jesuítas, nas brigas para mostrar tanto a procedência quanto a quem pertencia estes animais que eram significativamente importantes na sobrevivência e no desenvolvimento social. Para a construção deste trabalho foi de suma importância enfatizar as fontes históricas que continham os depoimentos dos padres para compreender, quem tinha o direito de retirar o gado das vacarias.

Para a construção deste artigo, foi necessário a reunião e interpretação de fontes do *Archivo General de la Nacion/ AGN*, para compreender através delas, o desenvolvimento, e a quem pertencia o gado dito alçado, existente por muitos anos na vacaria do mar, território de Minuanos/Guenoas.

Deste modo o trabalho se deu através de interpretação qualitativa de bibliografias incluindo fontes. Mostrando que os animais que se desenvolveram nestes territórios, se desenvolveram a partir dos cuidados realizados pelos povos indígenas "Minuanos/Guenoas", também mais tarde os guaranis das antigas reduções jesuíticas. Mas vale ressaltar que entes de 1670 (considerado a época do descobrimento da vacaria do Mar), índios reduzidos sempre estiveram presentes nas vacarias, e se estas entradas eram de livre acesso ao território dos Minuanos/Guenoas para a cuidado com o gado, ou se os Minuanos/Guenoas ajudaram no desenvolvimento do gado desta vacaria. Pois, seguramente para o gado bovino da Vacaria do Mar se desenvolver, seria necessários cuidados iniciais, principalmente contra predadores.

O processo da lida com o gado, e o acesso a vacaria por distintos povos, levou a criação voluntaria e involuntária de mais duas vacarias que ainda se situavam em território Minuano/Guenoa. Que é a vacaria de São Gabriel que se originou das

[1] Bolsista CAPES, Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Passo Fundo.

paragens e dispersão das vacas, e a vacaria de Rio Negro, que propositalmente foi criada para a reserva do gado. E simultaneamente com estes acontecimentos as estancias missioneiras.

VACARIA DO MAR

Após o descobrimento da existência da vacaria do mar, surgiu também a dúvida da sua procedência, pois, tantos os espanhóis os jesuítas e portugueses, através de litígios se diziam provedores do gado existente nesta vacaria, essa disputa ocasionou em discussões sobre quem pertencia o gado.

Os espanhóis defendiam a proposição de que o gado era proveniente das 100 vacas que foram introduzidas por Hernandárias[2], nas Ilhas do rio Uruguai, próximas a foz do rio negro em terra firme. Implementando na primeira etapa 50 vacas prenhas no ano de 1611 e outras 50 no ano 1617. Considerando que o espaço

[2] Hernandarias fue hijo de María de Sa-nabria y, en consecuencia, nieto de Juan de Sanabria, quien en 1547 había capitulado como tercer adelantado del Río de la Plata. La historia de este abue-lo —nacido en Trujillo, Extremadura, pariente de Hernán Cortés— merece la pena: Juan de Sanabria no pudo realizarse como gobernador del Paraguay porque falleció en 1549, antes de partir. Su segunda esposa, doña Mencía Cal-derón —con la cual había tenido tres hijas: María de Sanabria Calderón, Fran-cisca Rangel de Sanabria y Mencía de Sanabria y Calderón—intentó hacerse del título, pero finalmente recayó en Diego de Sanabria, hijo del primer matri-monio de Juan. Diego fue com rmado por una capitulación en 1549, pero con ella heredó el infortunio paterno: tampoco llegó con vida hasta Asunción, por lo cual el ejercicio efectivo del mando político de la región continuó en manos de Irala, quien gobernó la provincia gigante hasta el año 1552 (Nocetti y Mir, 1997: 51). Mencía, la viuda de Juan de Sanabria, se trasladó a América en un viaje que partió de Sanlúcar de Barrameda, el 19 de abril de 1550, y que llegó hasta las costas del Brasil —donde falleció Diego. Mencía participó de la organización de una expedición que atravesó el sur de Brasil a pie para llegar a Asunción. Entre las trescientas personas que la integraban, traía cincuenta mujeres casaderas, entre las cuales sus tres hijas y María de Sanabria, hija y hermana de los dos adelantados fallecidos que no pudieron gobernar (Menéndez, 2010). María de Sanabria se casó en primeras nupcias con el capitán Hernando de Trejo, con quien tuvo dos hijos: María de Trejo y Sanabria y Hernando Trejo y Sanabria —quien durante las administraciones de Hernandarias fue obispo del Tu-cumán, constituyéndose en su apoyo. Tras enviudar de Hernando de Trejo, Ma-ría de Sanabria contrajo nupcias nuevamente, esta vez con un encomendero de Asunción, el capitán Martín Suárez de Toledo, hombre fuerte de Felipe de Cá-ceres, alcalde de primer voto en Asunción durante 1568. La unión seguramente potenció la posición del joven capitán que, de esta manera, quedaba doblemen-te vinculado, por vía paterna y matrimonial, al grupo más antiguo de conquista-dores paraguayos. Este matrimonio tuvo siete hijos legítimos, todos nacidos en la cabecera de la gobernación. Dos de ellos fueron Hernando Arias de Saavedra, nacido en 1561, que llevó el apellido de su abuelo paterno, correo mayor de Sevilla; y Jua-na de Sanabria y Saavedra. Los dos mencionados fueron casados con una hija y un hijo de la descendencia del fundador de Santa Fe: Juan de Garay y Bece-rra desposó a Juana de Sanabria y Saavedra, mientras que Jerónima fue pro-metida en matrimonio a Hernandarias de Saavedra. Otro de sus hermanos, Mar-tín Suárez de Toledo hijo, se casó con Francisca de Moscoso y de la Vega, la hija de un mestizo y nieta de una princesa inca, Isabel Chimpu Ocllo. Hernandarias fue involucrado físicamente a la praxis de la conquista a los 14 años, cuando fue integrado a las milicias de Asunción. A los 15 años de edad, se enroló en las huestes de Gonzalo de Abreu durante la expedición a los Cé-sares de 1578. Estuvo a cargo del arreo del ganado de las huestes de Garay en la fundación de Buenos Aires en el año 1580, y participó de la exploración del territorio bonaerense al sur del Salado. En 1582, ya en Santa Fe, concretó el ma-trimonio con Jerónima de Contreras, hija de María de Becerra y Juan de Garay, el fundador de Santa Fe y Buenos Aires. Más tarde, dos de las hijas de este ma-trimonio fueron unidas matrimonialmente con sendos nietos de Jerónimo Luis de Cabrera, el fundador de Córdoba. (BARRIERA, 2018, p. 156-157)

escolhido por Hernandárias, ser um bom local de criação de gado, por qual motivo o gado posto por ele, não se procriaou, pois anos mais tarde foi introduzido no mesmo local por colonizadores da Colônia de sacramento e Índios e o gado prosperou, como explica Arnaldo Bruxel:

Não se diga que as pastagens não prestavam, e que o gado emigrou. Hernandárias não lançaria o seu gado em pastagens, tão ruins que obrigassem o gado a emigrar totalmente. Além disso sabemos que, quando depois da fundação de Colônia, espanhóis e portugueses introduziram o gado naquela região, êle prosperou admiravelmente. Nem podemos imaginar-nos outros fatores adversos naturais, como feras, ou humanos, como os charruas que obrigassem o gado a emigrar totalmente para centenas de quilômetros de distância. (BRUXEL, 1961, p. 132)

Sendo assim uma das interpretações a ser considerada, não convém deter-se em compreender, se Hernandarias teria posto o gado, pois à documentos existentes de épocas confirmam sobre o caso; mas sim, compreender as diversas possibilidades do porque este gado não se desenvolveu nesse local.

Uma das possíveis hipóteses que este gado não prosperou, é que o gado lançado por Hernandarias, na Banda Oriental não teve o cuidado inicial preciso, para que o animal se desenvolvesse, contando ainda com os fatores citados por Bruxel, acima em vez de prosperar o gado foi extinto.

A proposição espanhola, de que o gado é proveniente das crias das vacas postas por Heranandárias, não se sustenta, pois, este gado deveria ter se multiplicado, devido as pastagens, o clima que era propício para o desenvolvimento, e este fato não ocorreu, não se encontra relatos de gado vacum, neste local anteriormente a 1670. Este fato alimenta outra asserção que será posta mais a frente, de que o gado da vacaria do Mar não prosperou livremente, mas sim teve contribuição de povos nativos, e missioneiros, para o seu desenvolvimento.

A afirmação mais relevante que pesquisadores colocam em tese sobre a criação da vacaria do mar, seria; o território que é compreendido hoje por Rio Grande do Sul, após a batalha de M´Bororé onde os Jesuítas e índios reduzidos derrotaram os bandeirantes, e o gado existente na região do Tape foi abandonado, ficando este espaço livre para que o gado se multiplicasse.

A lo segundo dixo a personas Religiosas dela Comp. De Jesus. Geraseron? Los Indios de sus primeras Reduccion antiguas llamada los Apostoles tenias quatro

mil Bacas; y em outro llamados S. tereza tenias quatrocentas Bacas; y que de estas com el transcurso estos años, y su multiplico, y averse esparecido aquellas serranias, se fundo, y se origino la baqueria suso dicha del mar.(AGN SALA, IX 6-9-5 n°410-232)

Não havendo um predador natural, este gado se proliferou e gradualmente ia avançando aos territórios entre as bacias do Ibicuí, Jacuí e rio Negro, dando origem a Vacaria do Mar.

Com abundantes pastagens e boas aguadas, sem outro inimigo além de um ou outro tigre, o gado aumentava muito, principalmente após o avanço para o sul, pela "Coxilha Grande", que é o divisor de águas dos rios Jacuí e Ibicuí, e apresenta, em seus flancos, as pastagens mais limpas e, com a ausência do tigre, menos perigosa. (BRUXEL, 1909, p.116)

O gado que deu origem a vacaria do mar, proveniente das antigas reduções jesuíticas, supõem-se segundo depoimentos retirados de cartas do Archivo general de la Nacion Argentina, o gado destas reduções, não ficaram totalmente abandonados, pois, quando os espanhóis e portugueses descobriram essa vacaria, os índios do tape já faziam a vaquejo e arrebanhava o gado levando para outras reduções.

Os índios guaranis do Tape sempre estiveram presentes nas vacarias, fazendo o manuseio deste animal, anterior a 1670, a data quando começou a exploração por portugueses e índios nômades dos arredores da vacaria, o uso dela entre os índios era comum, os mesmos vaquejavam sem empecilho, servindo de subsistência, para diversos povos.

As muitas vacas que eram levadas até as missões pelos indios, para o sustento das reduções, acabavam ficando pelo caminho, algumas de propósito e outras por enfraquecerem e não se sustentar para seguir caminho, estas reses por muitas vezes davam origem a outras vacarias, vacaria do Rio Negro, vacaria de São Gabriel e mais tarde a vacaria dos Pinhais.

A vacaria do mar foi descoberta pelos espanhóis e portugueses por volta de 1680, com a criação da colônia de Sacramento, pois o gado já havia se multiplicado nesse território, esta conjuntura fez os jesuítas pensar uma forma mais segura de

proteger este gado que era fundamental para a subsistência das reduções. Trazendo o gado para as estâncias.

Os portugueses também afirmaram que tiveram contribuição para a criação da vacaria do mar, a apresentação portuguesa consistia em que aos portugueses haviam trazido gado, nas interações que tiveram com a banda Oriental do Uruguai, principalmente com as incursões de povoar rio grande de São Pedro próximo a lagoa dos patos e Rio grande, antes de 1680.

A coroa portuguesa afirmava que os portugueses, teriam direitos iguais ou maiores que os espanhóis, para com este gado. Mas estas afirmações se tornam, insustentáveis, pois logo após a fundação dos povoados de laguna, os portugueses faziam as incursões para a banda Oriental se apropriando do gado existente nela.
Entre as três asserções apresentadas, por esta disputa por quem poderia se apropriar do gado da vacaria do Mar, a mais coerente, que se tem informação e provas é de que o gado que existiu na vacaria do mar por um longo período de tempo, foi proveniente das missões do Tape.

Quando em júri o Padre Bartolomé Navarro pergunta a os índios guaranis e tapes, provenientes das reduções de Candelaria, sobre a existência de paragens em que eram deixados o gado para seguir gradualmente em direção as missões, e se os índios estavam em pacifica posição de retirar o gado das vacarias os mesmos responderam o seguinte que conheciam o lugar das paragens da Vacaria do mar, e que tanto os Índios Tapes quanto os Guaranis que viviam nas missões retiravam o gado da vacaria para prover o seu sustento.

E que sempre entraram nas vacarias sem ter nenhum empecilho, pois afirmavam, que estavas vacas pertenciam a seus antepassados, que foram expulsos da serra do tape pelos mamelucos, e neste transcurso, deixaram nas antigas reduções uma quantidade significativa de gado *vacum*. Pois preocupados em salvar mulheres e filhos deixaram o gado na banda oriental.

Alo 1°dixo que conocia dichas parajes por aver estado en ellos varias veses.

> A lo 3° dixo: que es verdade, que los Indios tapes, que habitan de estas doutrinas, an estado, y estan em quieta, y pacifica posession de sacar bacas de dichas vaquerias del mar. Sacando de ellas como de cosa própria, multiplicada y frutificada delas bacas, q, sus Padres, y antepassados dexaron em las sierras del Tape. I lo que toca los demas indios guaranies, que habitan estas doctrinas, tambien estan em posessione quieta y pacifica dessacar bacas de dichas baquerias, para sus sustento. Lo qual na hecho com licencia, y beneplácito de los superiores destas doctrinas, y tácito consentimento delos Indios tapes, de Cuyos antepassados fueron las bacas primeras, que

> fundaron dichas baquerias del mar. I el señor governador del Puerto de Buenos Aires Dn Joseph de Herrera assi parece reconoser por únicos accioneros alos indios desta Doctrina(...) (AGN sala IX 6-9-5 doc. 410-240)

Analisando o juramento questionado pelo padre superior Joseph Pablo de Castañeda e transcrito por Bartolomé Navarro, em diversas reduções entre os anos de 1716 – 1717 para solucionar a quem pertencia as vacas da Vacaria do Mar. Muitos deles não hesitaram a responder que os índios tapes e guaranis sacavam o gado da vacaria desde 1670, e que os mesmos se consideravam como os únicos a ter o direito a estes bens.

> Com se prueba claramente dicho S. governador. Tuve p. legítimos, y únicos duenios de que llas baquerias a los indios guarani o tapes, y esto despues de aver gover/; dies años el puesto de Barg, y aviendosse le leydo esta declaracion dixo estaba bien escrita lo cargo del Juramiento.(AGN sala IX 6-9-5 410 doc 232

Então desta forma quem teria o direito de posse destes animais seriam os índios das missões jesuíticas. Para proteger o território, e impedir o avanço dos Portugueses nesta região retornaram a banda oriental por volta do ano de 1682, posteriormente a criação da Colônia de Sacramento.

As retiradas das vacas ocorriam em grandes quantidades para o sustento das reduções, chegavam a ser a milhares, cada vez que eram sacadas e levadas para os povoados, este manejo do gado exigia diversas pessoas para que o gado chegasse ao destino, incluindo meses até a chegada a redução.

Os inúmeros animais alçados, eram trazidos para as reduções em forma de rodeio, onde que nesses meses de caminhos, existiam as paragens, onde muitas vacas ficavam pelo caminho por estarem debilitadas para seguir viagem. Esta função resultou independentemente a criação de mais uma vacaria, simultânea a vacaria de São Gabriel.

> Tanto a Vacaria do Mar como a Vacaria de São Gabriel surgiram de formas não planejadas. A primeira foi resultante dos conflitos entre bandeirantes paulistas e as reduções do Tape. A segunda, a partir do cerco da Colônia de Sacramento. Ambas as vacarias foram, assim, resultado da beligerância entre as Coroas Ibéricas. (PANIAGUA, 2013, p. 34)

Em síntese a vacaria do Mar, em seu contesto eram uma grande reserva de gado bovino, onde diversos grupos étnicos se beneficiavam do gado alçado (chimarrão) que se criou livremente pelo território da banda Oriental do Uruguai, após o translado dos povos reduzidos que viviam no Tape.

> De esta vaquería se aprovecharon los pueblos de la margen oriental del río Uruguay y con ella se formó más tarde la llamada vaquería de los Pinares, que proporciono durante médio siglo, o más, abundancia de corambre así a los españoles como a los extranjeros que venían en busca de esos produtos. La faena era tan grande em manos de éstos que los missioneiros pensaron em formar nuevas vaquerias, pero em terreno de propriedad de las Misiones. Asi lo hacieron em varia partes, sobre, sobre todo em Yapeyú. La vaquería de este Pueblo era um campo cerrado de 10 leguas em cuadro y llegó a contener 200.000 cabezas de ganado. (FURLONG, 2014, p. 166)

Para os povos que viviam no território das vacarias como os grupos Charruas, Yarós, Guenoa/minuano, e para os Chaná-Timbú, o gado também servia como caça predatória, tanto para o consumo, quanto para a extração de couro e gordura, para o comércio.

A convivência destes povos com os gados, e com os portugueses que já estavam instalados no território, com a Colônia de Sacramento, fez com que estes grupos se tornassem, tão bons com a lida com o gado quanto os Guaranis. O domínio que os minuanos e charruas tiveram com a técnica de amansar o gado chimarrão tornou-se lucrativa para esta etnia, pois os mesmos, percorriam caminhos até as reduções para a venda de gado manso.

Como menciona o documento a seguir de 1676, sobre a troca de algumas vacas mansas, trazidos pelos Guenoas a os povos de La Cruz e Yapeyu, querendo as trocas por erva mate e tabaco. Este ato de venda de gado manso nas reduções jesuíticas por povos originários, demostra que estes povos abitavam os espaços do Pampa, ou seja, os povos minuanos/guenoas, habitavam o sul próximo a bacia do rio da Prata, muito antes da criação da vacaria do mar.

A introdução do gado nesse território mostra que os povos ali existentes modificaram o próprio modo de vida de acordo com, as condições que estavam postas, aprendendo as técnicas e manejo do gado que estavam em suas próprias terras, aplicando-as a seu favor.

> Estando yo en Santo Tomé, compañero del Padre Tomás de Baeza, el año de mil y seiscientos y setenta y seis, los guanoas solían traer al pueblo de la

> Cruz y del Yapeyú, habiendo yo bajado allí de paso, algunas vacas blancas y overas, por yerba y tabaco; no se sabía entonces de donde las traían, mas súpose luego que eran de las vaquerías del mar, por medio de un padre llamado Jacinto Márquez, que por orden de nuestros superiores, y exhorto del gobernador de Buenos Aires, hizo una espía al mar, el año de mil y seiscientos y setenta y siete, y vuelto dijo que había hallado mucho ganado manso, y el año de mil y seiscientos y setenta y nueve, siendo superior el padre Cristóbal Altamirano, con consulta de los padres antiguos que [ilegible] no dudaban ser procedidas de las que los guaraníes dejaron en sus reducciones antiguas(A.G.N.A., Cía de Jesús, Legajo 3. (IX – 7 – 9 – 1)

Através do documento transcrito, pode-se afirmar que já em 1677, o gado proveniente da vacaria do Mar, não estava totalmente alçado, isto quer dizer que os minuanos, já manejam parte deste gado antes da entrada de espanhóis e portugueses na Vacaria do Mar.

Resta pensar uma proposição, se o gado solto nesta vacaria, se desenvolveu, livremente pelas campanhas do Sul, ou se existiu a mão de obra do Indio Minuano/Guenoa que sempre esteve presente neste espaço, e aprendeu com os jesuítas, ou portugueses, como manejar este animal. Contribuindo incessantemente para o crescimento do que se viu mais tarde como vacaria do Mar.

Veremos o documento enviado pelo padre da companhia de Jesus, ao notório religioso da mesma companhia Bartolomé Navarro, sobre a vacaria do mar.

> Estando yo em S.t Thomé compañero del P. Thomas de Baiza el año de mil seiscentos. Y treinta y seis los Guanoas solian traer al Pbl de la cruz, y del Yapeyu avendo yo ali de passo al guna Bacas blancas y hoberas yerbas y tabaco, nose sabian entonses de donde las traian, mas lupose luego que eran de las baquerias del mar. Por médio de um p. llamado Xacinto Marquez, p,, orden de nuestra sup. Y exorto del Governador. De B.agr. finco uma espia al mar el año de mil seissientos y sessenta y siete y buelto dixo avias hallado mucho ganado manso, y el año de mil seisentos y setenta y nueve siendo sup. El P. cristobal Altamirano com Consulta de los P. antigos, por uno no dudaban ser procedidas de las por los guaranies. Dexaron em sus reducciones antiguas dio licencia dicho P sup. Para los oueblos probassem fortuna, y sacassen bacas de las baquerias del mar como se effectuo luego. Quedando em tablada la baqueria del mar sin contradicion alguna. (AGN sala IX 6-9-5 410 doc 232)

O trabalho de arrebanhar gado dentro das vacarias, “vaquear” ou fazer uma vacaria, tornou-se de suma importância para o povo missioneiro nesta época, este trabalho consistia em recolher o gado das vacarias e transportá-los até os locais destinados, primeiramente eles eram destinados até as paragens, locais de descanso

até chegar as estancias e os postos, quando este gado já estava manso era transportado para o consumo ou para o trabalho nas reduções.

Consideramos que ainda neste período, se tenha ainda a formação não intencional de mais uma vacaria, que é a vacaria de São Gabriel, esta vacaria em comparação com a vacaria do mar, se torna bem menor em quantidade de animais, e extensão.

Esta vacaria se formou das vacas que se dispersavam das tropas das vaqueadas feitas pelos índios missioneiros, muitos destes animais, ficavam para traz, devido à exaustão, pois, eram dias até meses para a chegada em seu destino final nas estâncias, este procedimento, que era corriqueiro entre os índios missioneiros principalmente guaranis, ocasionou no surgimento da vacaria de São Gabriel.

O documento a seguir trata da retirada do gado que estava nas encostas do Rio Rosário em São Gabriel, que em 1690, com o padre provincial, Gregório Orosco, Governador e capitão do rio da Prata Joseph de Herrera, lançaram ordens para que os índios Tapes, juntamente com os soldados espanhóis, retiraram o gado que por direito pertencia as missões.

> Alo primero dixo; conece dich sitio, y lugares de Baqueria de Mar p que el año de mil seicientos e noventa el S. M de campo Gr D Joseph de Herrera Governador y Capp. Y G. del rio dela plata y Puertos de Buenos Aire escrivio el P provincial entonces lo era el Gregorio Orosco de la comp. De Jesus y al P sup. De esta Doctrinas, para juntamente com los soldados espanholes retirassem el ganado, que se recostaba y avia las costas de san Gabriel de Rio del Rosaio, y otras para cuyo efecto fue sinalado este declaranse juramente com el Joachin de Subeldis Religioso de la comp. Quienes con los dich. Indios tapes, y soldados españoles effectivament retiraran dicho ganado a sercandolo alos Pueblos de dichos indios como a unicos accioneros de el. (AGN sala IX 6-9-5 410 doc 232)

Desta maneira pode-se perceber as consequências dos saques, pois São Gabriel ficava próximo a colônia de sacramento, sofrendo constantes ataques dos portugueses, não bastando estes acontecimentos os povos originários também se abasteciam nestas vacarias. “Em 1692, o governador do Rio de Prata solicitou às missões que retirassem para suas estâncias todo o gado procedente da Vacaria do Mar ampliada com a de São Gabriel, projeto inexequível mesmo criando uma grande vacaria ao norte do Rio Negro” (MIRANDA, 2012, p. 51).

Este fato levou a criação proposital da primeira vacaria da segunda fase por volta dos anos de 1677 a 1691, que é a vacaria do Rio Negro, esta vacaria estava dividida em duas partes a primeira pelos afluentes entre o rio Negro e o rio Quaray, e a outra do litoral atlântico até o rio Negro.

O gado era retirado aos milhares da vacaria do mar e levado até a vacaria do rio negro, muito dos animais desfaleciam no caminho, pelos maus tratos e falta de alimento até a chegada as estâncias, os animais que sobreviviam, até rio negro demorava até um ano para se recuperar.

Mas esta ação, entre os anos de 1677-1691, de retirada do gado fez com que outro fator acontecesse, a criação e o desenvolvimento das estâncias missioneiras das reduções jesuítas, para a proteção e procriação do gado alçado que se encontravam nas vacarias, cada povo em particular ganhava uma extensão de terra, para o seu próprio sustento.

CONCLUSÃO

Percebe-se assim, que, a disputa para quem pertencia a vacaria do mar rendeu vários anos de briga judicial entre espanhóis, portugueses, índios e jesuítas, todos se esforçavam para juntar provas e testemunhas para provar a quem as milhares de vacas pertenciam, levando a anos para provar o mesmo.

Mesmo assim, todos os padres dispostos a dar testemunho, sobre as vacarias respondiam que os índios do tape sempre estavam em pacifica, posição de vaquear, e tiravam o gado como se sempre fossem deles, pois, essas vacas existentes nas vacarias se originaram do gado vacum existentes nas antigas reduções do Tape que foram destruídas pelos portugueses antes da batalha de M´bororé.

Outro fator que é pouco discutido sobre a vacaria do mar, é que as vacas que pertenciam a vacaria, estava em território de Índios Minuanos, e relatos demonstram que este povo já tinha o domínio do cavalo, e amansavam vacas e as levavam até as reduções jesuíticas para vende-las. Assim pode-se afirmar que, não só os índios reduzidos, lidavam, amansavam e contribuíram para que as vacas da vacaria do mar se desenvolvesse.

Depois que os espanhóis portugueses, descobriram a vacaria todos se abasteciam da mesma, este acontecimento fez com que os jesuítas juntamente com os indos do tape, retirassem o gado da vacaria do Mar, e propositalmente criando

em território jesuíta propositalmente outra vacaria, denominado de Vacaria do rio Negro.

Simultaneamente, com a vacaria do rio Negro, se desenvolvia, as estâncias missioneiras para a proteção do gado que era trazido em sua maioria xucro, principalmente da vacaria do Mar, nestes locais o gado era protegido, contra os ataques de outros povos e de animais ferozes.

Pensar estes acontecimentos, principalmente a uma ótica em que não é somente enfatizado a presença de europeus no processo de desenvolvimento, e manejo com o gado, mostrando que os povos nativos também se adaptaram, com as ocorrências e modificações do ambiente após a introdução do gado vacum no território.

REFERÊNCIAS

BARRIERA, Darío. (2018). **Hernandarias de Saavedra in the historiography of Rió de la Plata**, or the colonial roots of a creole nationalism. Boletin Americanista. 155-175. 10.1344/BA2018.76.1009.

BRUXEL, Arnaldo**. O gado na Antiga Banda oriental do Uruguai**. Instituto Anchietano de pesquisas. Gráfica da Universidade do rio Grande do Sul- Porto Alegre 1960.

MIRANDA Neto. **A utopia possível : missões jesuíticas em Guairá, Itatim e Tape, 1609-1767, e seu suporte econômico-ecológico** / Miranda Neto. — Brasília : FUNAG, 2012.

FURLONG Cardift, Guillermo, **Los Jesuitas y la cultura rio-platense**. 2ed. Ciudad Autonoma de Buenos Aires: Universidad del salvador, 2014.

PANIAGUA, Edson Romário Monteiro. **Fronteiras, violência e criminalidade, na região platina: o caso do município de Alegrete** (1852-1864), Alegrete- RS. Instituto Cultural José Gervasio Artigas, 2013.

Fontes

A.G.N.A., Cia de Jesus, sala IX 6-9-5 410 doc 232 tanto del informe, que se hizo al gobernador de Buenos Aires sobre las Baquerias del Mar afavor de nossos Indios: febrero de 6 de 1716.

A.G.N.A., Cia de Jesus sala IX 6-9-5 410 doc 233. tanto del informe, que se hizo al gobernador de Buenos Aires sobre las Baquerias del Rio Negro afavor de nossos Indios: febrero de 6 de 1716.

A.G.N.A., Cía de Jesús, Legajo 3. (IX – 7 – 9 – 1) A.G.N.A., Cía de Jesús, Legajo 3. (IX – 7 – 9 – 1) “Billete escrito por el Padre Leandro Salinas... de casi setenta años; de misionero de más de cuarenta”, superior dos veces, y rector del colegio máximo de Córdoba. Fechado sin lugar, a 20 de mayo de 1715. En información sobre el derecho que tienen los indios guaraníes a las vaquerías del mar. Julio de 1716. In

A quinta edição da Semana do Patrimônio de Jaguarão-RS teve, no ano de 2023, o tema “Caminhos imaginários, redes de preservação”. Ocorreu nos dias 17 a 20 de agosto, reconhecendo o 17 de agosto como o dia nacional do patrimônio Histórico. Teve como objetivo principal promover um diálogo entre a comunidade jaguarense e seu patrimônio, vivenciando-o de fato, pois um patrimônio só tem valor quando a comunidade o reconhece como tal.

Sob a temática “Caminhos imaginários, redes de preservação”, a semana do patrimônio daquele ano buscou uma forma de conectar intrinsecamente os caminhos das narrativas históricas e as redes de preservação dos bens simbólicos da cidade. O patrimônio se constituiu pelos legados culturais e pelo universo simbólico construído por diferentes grupos étnicos, por meio dos hábitos, costumes e modos de vida dos sujeitos, criaram-se os lugares que compõem a paisagem cultural, inserida no território. Jaguarão, por ser uma cidade de fronteira, apresentou em sua herança simbólica cultural a diversidade de seu povo, criando, assim, em suas manifestações patrimoniais, memórias coletivas que foram representadas por meio dos bens culturais.

A quinta edição focou em apresentar, (re)conhecer e (re)contar as histórias dos sujeitos que vivem a cidade de Jaguarão e sua fronteira com Rio Branco/UY, buscando a integração da comunidade fronteiriça com os patrimônios que a cercam e que foram constantemente vividos e interpretados, estabelecendo assim o sentido de pertencimento ao lugar, de apropriação do espaço local. Por meio das práticas culturais que identificaram os sujeitos sociais da fronteira e suas relações com o saber fazer adquirido ao longo de suas vivências.

ORGANIZAÇÃO

INSTITUTO Conex
Conectando Sociedades

APOIO

Prefeitura de JAGUARÃO

Jaguarão SECULT
SECRETARIA DE CULTURA E TURISMO

ILÊ AXÉ
MÃE NICE D' XANGÔ

Setorial de Patrimônio do CPMC

Fundação CARLOS BARBOSA